

SESSÕES DO PLENÁRIO

144ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de janeiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa um requerimento:

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 20.619/2013, 20.714/2014 e 20.487/2013.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2014.”

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 13/01/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, queria saudar os presentes às Galerias Paulo Jackson e dizer que hoje vou falar um pouco sobre a sucessão ao governo do Estado.

Na realidade, nós temos aí a reafirmação de um projeto que deu certo no Brasil, encabeçado pelo ex-presidente Lula e pela presidenta Dilma, o qual sem dúvida nenhuma vai ter continuidade e será reafirmado também aqui na Bahia, onde é encabeçado pelo governador Wagner reeleito, com a candidatura do nosso companheiro Rui Costa, que é, com certeza, o que melhor representa a sua continuidade neste Estado.

É evidente que a composição da chapa majoritária envolve mais duas posições importantes: as de senador e vice-governador. A primeira já vem sendo anunciada com o nosso vice Otto Alencar, que deverá assumir essa disputa para o Senado Federal. E quanto à segunda, ainda está em debate, em discussão qual será o vice-governador, ou seja, essa posição é a única que está em aberto.

Nesse sentido, o Partido Comunista do Brasil coloca o nome da deputada federal Alice Portugal como uma das alternativas para assumir a vice-governadoria. Essa colocação vem mais para contribuir, porque o que queremos é vencer as eleições. E nós sempre colocávamos que não importa o nome, o que importa é o projeto. Então, o que realmente importa é o projeto e uma chapa que seja a melhor possível eleitoralmente.

Assim é que colocamos formalmente - o PCdoB, o partido, a sua direção - o nome da deputada federal como uma das alternativas para assumir a vice-governadoria. E aí se comenta: “Ah! Mas o PCdoB não é o maior partido, e é preciso discutir com os maiores partidos, os que têm maior número de prefeitos, deputados, etc.”

Aqui ninguém está subestimando a importância matemática. Mas a política não é feita só de Matemática. A política é carregada de subjetividades que devem ser levadas em consideração. O nome da deputada federal Alice Portugal, além de ser uma mulher, deputada federal, considerada uma das melhores deputadas do Brasil, a única deputada federal da Bahia, é deputada que tem forte ligação com os movimentos sociais, é deputada que pode dar uma contribuição muito grande na chapa majoritária.

Com isso nós não queremos crisar nenhuma dificuldade para as demais candidaturas postas. O que nós queremos reafirmar aqui é que o PCdoB tem o nome para contribuir, se necessário para essa vitória extraordinária.

E concluindo, só para dizer, se a política fosse definida só pela matemática, Nádia Campeão não seria vice-prefeita em São Paulo; se a política se definisse só pela matemática, Osmar Júnior não seria vice-governador, no Piauí, no passado. Portanto, a política não se define só pela matemática, embora a matemática tenha importância muito grande.

E é nesse sentido que nós colocamos o nome da nossa camarada Alice Portugal para contribuir, se necessário, para a vitória esmagadora do nosso governador Rui Costa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, nobre deputada Luiza Maia, nobres deputados, deputado Joseildo Ramos, companheiros das galerias, companheiros que estão aqui, mais uma vez, no sentido de pressionar para que se vote o PL da nobre deputada Maria Del Carmen que diz respeito à Lei Anticalote, companheiros servidores e servidoras da Imprensa, saúdo todos vocês.

Quero registrar um fato grave que nos entristece e à nossa sociedade. Hoje, às 14 horas, se iniciou a audiência na Justiça, onde o pastor Átila Brandão, ex-policial e agente da ditadura, está processando o deputado federal, militante em direitos humanos, Emiliano José, histórico defensor, esse companheiro que foi barbaramente torturado, conseguiu vencer a morte que se apresentava por aqueles agentes que o torturaram, de forma que o próprio companheiro nos confessou que chegou a momentos de ele próprio pedir para morrer para não ter que passar por aquele sofrimento.

E hoje, nessa audiência, a OAB, o Jornal A Tarde, a comissão da ABI, o vereador Waldir Pires foram barrados – não conseguiram entrar na audiência – pela juíza Marielza Brandão, que impediu todas essas entidades; essa personalidade que é o vereador Waldir Pires, inclusive o nosso companheiro que é assessor aqui da Comissão da Verdade, do Legislativo, que está lá nos representando, o companheiro Ernesto Marques, foram barrados. É o Poder Judiciário se manifestando contra a democracia. E eu não vejo por que houve esse impedimento, já que na outra que se realizou nós mesmos estivemos lá e participamos daquela audiência.

Então, o Átila Brandão, quando participa, manifesta-se com muita truculência e com muita violência. Inclusive, na primeira audiência, havia máquinas para filmar, ostensivamente, todos aqueles que estavam ali. Método esse que a gente já conhece, porque assim era feito nos períodos mais duros deste País quando se espionava e filmava.

Infelizmente, isso não se acabou. Vejam, os grandes financiadores do golpe neste País, melhor, aqueles que treinaram os torturadores, para fazerem o que fizeram, também hoje continuam espionando o mundo todo. Espionam, inclusive, a nossa Presidência a mando do presidente dos Estados Unidos e da Central de Inteligência daquele país. Eles vivem a espionar personalidades no mundo todo no sentido de manter o controle policial da força bruta, o controle econômico de todos esses que vivem a governar e que deveriam ter a liberdade e a autonomia sem serem espionados por ninguém, muito menos como um país como os Estados Unidos da América.

Então, aqui, registro este episódio lamentável, pois, para nós, é uma tristeza. E isso vem acontecendo no Fórum Ruy Barbosa, justamente neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas Galerias Paulo Jackson, quero dizer, companheiros da luta anticalote, que se não aprovarem este projeto hoje, a gente ocupa esta Casa aqui e só sai na hora em que aprovar, porque não tem cabimento tanta demora para a aprovação deste projeto. Acho que este projeto já passou dos limites. Não há mais justificativas para não aprová-lo. Acho uma provocação e um desrespeito à presença, à luta, à insistência de vocês aqui para que o projeto ser aprovado, pois já entrou várias vezes na pauta de várias sessões. E a coisa vem enrolando e enrolando. Acredito que, hoje, vamos resolver este problema.

Mas quero, Sr. Presidente, também, aqui, registrar o meu repúdio a uma nova banda de pagode que surge, aí, chamada Abracadabra, pois colocou um vídeo na Internet com uma música que é um incentivo ao estupro. As pessoas começaram a ter acesso. Estou recebendo, inclusive, uma comissão dos estudantes universitários de Vitória da Conquista para a gente falar um pouco sobre essa situação.

Quero registrar o meu repúdio, porque acho que nós, mulheres, somos agredidas e violentadas, constante e diariamente, em programas de humor, novelas, piadas, publicidade. Agora, apresentamos o projeto de lei para impedir imagens sexuais erotizadas junto com qualquer propaganda.

E a campanha, para descaracterizar o nosso projeto de lei, também já se iniciou. Mas a gente já sabe a senha. A gente já sabe como se aprova projeto nesta Casa. E volto a repetir, porque tinha feito uma jura de que toda vez que eu chegasse a esta tribuna, iria pedir, para colocar na pauta das sessões, os projetos de deputados. Mas a coisa continua desta forma. E a gente está vendo aí esse absurdo que é. Não se aprova. Não se debate. Não se coloca para tramitar nenhum projeto de deputados.

Então, quero deixar aqui registrado o meu repúdio.

E, hoje, também, tenho mais dois repúdios. Um repúdio é destinado à postura do pastor Átila relativo à situação do processo do companheiro Emiliano. Afirmo solidariedade a esta luta. Faço minhas as palavras do deputado Marcelino Galo, pois

ele acompanha tão bem através da Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa da Bahia. Gostaria de dizer que temos certeza de que Emiliano vencerá mais esta batalha. A história se não muda. Se o pastor mudou de opinião e repudia o seu passado, ele que o assuma publicamente. Mas, negar que foi torturador e que praticou aqueles atos, é impossível.

Quero registrar a presença do vereador de Vera Cruz, vereador Tatinho e o companheiro dele, Luiz, que nos honram com suas presenças, que fazem um grande trabalho. É motivo de muita honra e alegria recebê-los aqui.

Meu último registro de protesto é sobre a postura do deputado Pastor Sargento Isidório em relação à comunidade GLBT. Acho que não tem cabimento – somos uma Casa composta de representantes –, é inadmissível um representante do povo querer discriminar da forma grosseira, atrasada, conservadora, preconceituosa, como foi feito desta tribuna com relação à comunidade GLBT.

Eles sempre contaram e contam com meu apoio, são seres humanos e a nossa Constituição garante o direito de todos os seres humanos, de todas as pessoas deste Brasil, independente de sua opção religiosa, sexual, de gênero, do que for. Acho que o deputado Pastor Sargento Isidório precisa vir a esta tribuna pedir desculpas.

O Líder do governo precisa botar o projeto da criação do Conselho da Comunidade, do Segmento GLBT urgentemente para ser aprovado, porque também é um grupo social que sofre violência, desrespeito e discriminação, assim como as mulheres.

Portanto, manifesto a minha solidariedade e o meu apoio à luta dessa comunidade importante, que tem um papel importante na sociedade e precisa ser respeitada e valorizada como seres humanos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, colegas da imprensa, durante este mês de janeiro trabalhamos, tivemos sessões normalmente. É bom que fique claro para a sociedade que é um período extraordinário, que os deputados deveriam estar em recesso parlamentar, e pelo qual não tem pagamento extra.

Esta semana um vereador brincou comigo: “Deputado, trabalhando no mês de janeiro? Mas em compensação, haverá pagamento extraordinário pelas sessões.” É bom que fique bem claro que durante todo recesso trabalhamos, houve um bom comparecimento de parlamentares, projetos foram votados, debatidos, discutidos, nesse período de recesso parlamentar.

É bom que se frise que no mês de fevereiro, precisamente dia 3, retomaremos o último período desta legislatura. Recentemente foi aprovado um projeto na Casa, diminuindo o recesso de 90 para 60 dias, como também houve a supressão, a queda de dois salários que os deputados recebiam por ano, 14º e 15º salários, medidas justas

que foram adotadas e tomadas por esta Casa.

Observamos que essas medidas não são difundidas, não foram divulgadas, mas é importante que usemos este tempo aqui na tribuna para abordarmos este tema, que talvez não seja de conhecimento da sociedade.

Desde que estou nesta Casa, e parece que há algum tempo que os deputados não rebem pelas sessões extraordinárias. O deputado Álvaro Gomes tem um projeto nesse sentido, mas acaba sendo inócuo, na medida em que não há mais pagamento de sessões extraordinárias na Casa, como também o recesso parlamentar não aconteceu este ano, sendo o período em que os parlamentares viajam, ficam mais próximos das suas bases, dos seus contatos, principalmente neste ano eleitoral, onde estamos cada vez mais próximos da base, próximos das nossas lideranças. E isso é importante para que possamos estar cabalando, para que possamos estar angariando votos para nos manter aqui no mandato. É uma situação que diz respeito a cada eleitor do lugar que o parlamentar representa, tem uma atuação mais direta. O eleitor fará a observação, fará a análise do mandato, trazendo ou não de volta o parlamentar, se assim ele se conduziu de acordo com o interesse do seu eleitor. Que fique bem claro. E não observamos esses fatos, essa atuação do parlamentar na imprensa.

Neste mês de janeiro, estivemos um pouco longe das nossas bases na medida em que estivemos aqui varando madrugadas debatendo projetos, cada parlamentar na sua vertente, a base governista usando a sua força e nós, da Oposição, usando os nossos mecanismos para contrapor a base governista. Então, uso a tribuna para ressaltar esse período, desde que estou nesta Casa, foi o primeiro mês de janeiro em que se trabalhou, e trabalhou com muita garra, com muito afinco. Sei o quanto seria bom se os deputados tivessem o recesso para recarregar as energias de um ano muito tenso, de muito trabalho. Mas observo que o Parlamento foi de uma grandeza muito grande, viveu um momento importante e ímpar permitindo que todos marcassem sua presenças, participassem dos debates emitindo suas opiniões, cada um na sua vertente, cada um no seu campo ideológico.

Esta Casa muitas vezes é tão criticada que é importante ressaltar esse trabalho empreendido nesse período de recesso parlamentar, com a Casa atuando. Deputados Rosenberg e Joseildo, há muito tempo que não temos um mês de janeiro tão ativo e tão marcante nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, gostaria de saudar todos que estão aqui presentes, os que nos ouvem e nos assistem pela TV Assembleia, e quero me congratular com os trabalhadores que mais uma vez estão aqui nesta Casa. Eles têm o apoio da Bancada de governo para que votemos hoje, em definitivo, o projeto Anticalote, que é bom para o governo do Estado, é bom para os trabalhadores, tem o apoio da Bancada do governo e, pelo que

ouvi, também da Bancada de Oposição. Portanto, quero parabenizá-los pela obstinação, pela organização e pela presença de maneira organizada nesta Casa do povo.

Mas gostaria, também, de dizer que o dia de hoje, 28 de janeiro, é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em nosso País. Essa data remonta ao dia em que foram assassinados em Unaí, município de Minas Gerais, fiscais federais do Ministério do Trabalho que estavam resgatando, indiciando, ajudando a apontar crimes que afrontam a dignidade humana. Que são aqueles produtores, empresários, que ainda hoje envergonham o nosso País e, em particular, a nossa querida Bahia, se beneficiando direta e indiretamente do trabalho análogo à escravidão.

Essa é uma chaga que persiste entre nós a despeito do estado moderno, do arcabouço jurídico, legal que nós ostentamos em nosso País que tanto nos orgulha. Também apresentamos um projeto de lei que fere de morte, que mexe no bolso dos empresários que, direta e indiretamente se beneficiam, têm lucro em cima da falta de dignidade, do respeito ao trabalho do ser humano, principalmente daquelas parcelas mais despossuídas da sociedade civil. E muitos são os casos que vivem a todo dia na imprensa, inclusive maltratando o imaginário e a imagem da Bahia.

O nosso PL faz com que qualquer empresa que se beneficie direta ou indiretamente seja banida do cadastro do ICMS, ou seja, deixe de existir; e também os seus sócios, por 10 anos, não possam contratar nem participar de licitações em compras públicas do governo do Estado. Esse projeto tem o apoio de várias secretarias, como a Secretaria da Justiça, a Secretaria do Trabalho, a Secretaria da Administração, a Secretaria de Relações Institucionais e a Casa Civil. Há uma discussão desse projeto acerca da origem, e o Poder Executivo poderá estar apresentando esse projeto, que não tenho dúvida, terá o apoio unânime desta Casa, porque tem o condão de modernizar e definitivamente punir exemplarmente aqueles que se beneficiam direta ou indiretamente do trabalho na condição análoga à escravidão.

Portanto, é um dia de comemoração ao trabalho intrépido, à luta incessante dos trabalhadores, a exemplo dos fiscais federais que perderam as suas vidas na defesa da dignidade da pessoa humana. Esta Casa não poderia ficar sem levar em conta esse momento de martírio, esse momento de entrega de bravos brasileiros que, cumprindo o seu desiderato de vida, estavam apontando aqueles que ofendem a dignidade, que é uma cláusula pétrea da Constituição Federal e dos países mais modernos do mundo.

Esse é meu pronunciamento e agradeço a tolerância de V.Ex^a, minha simpática presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Ivana Bastos):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente Ivana Bastos, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, são tantas coisas neste País que os políticos têm consciência que, se

quisessem, mudariam. Vou falar de alguns assuntos a que o Brasil inteiro assistiu, e vão continuar acontecendo coisas absurdas.

Aqui estão os nossos amigos. Faz pena! Dias e dias aqui na Assembleia, nas madrugadas quando a sessão se estendeu, defendendo uma coisa mais do que justa. Se esse País em algumas coisas tiver seriedade, não era nem para estar pleiteando, porque acredito que uma empresa para prestar um bom serviço, para o Estado, na concorrência, na licitação, deveria ter o seguro obrigatório. Não tem sentido, isso é piada, uma empresa ganhar para prestar serviço para qualquer Secretaria do governo e depois os proprietários falirem, de malandragem, desviarem os recursos e os prestadores de serviços que ganham tão pouco, e estão na Assembleia mendigando, com todo respeito, para se aprovar, para não serem passados para trás como temos visto todos os dias.

Isso, deputado Rosemberg Pinto, acontece em vários setores. A Bahia e o Brasil assistiram ao deputado Vando a mais uma estupidez no dia de ontem, nas estradas que se tornaram uma guerra, só na Bahia ontem em dois acidentes foram mais de 20 pessoas mortas. Ninguém acredita na punição, ninguém acredita que acontecerá nada. São as leis que os deputados federais poderiam mudar, para que as pessoas passassem a respeitar.

O motorista, proprietário, meteu o trator de muitas toneladas em cima de uma carreta sem se preocupar com amarração, sem o mínimo cuidado para que evitasse o acidente estúpido que ceifou a vida, salvo engano, de 15 pessoas, e vários no hospital. Todos os dias continuará acontecendo isso.

O motorista da ambulância, tenho certeza absoluta de que deveria estar sem dormir. Conheço vários, deputado Joseildo Ramos, como V.Ex^a deve conhecer, que prestam serviço a prefeituras e, para engordar o salário – como eles recebem uma diária para vir a Salvador –, às vezes trabalham uma semana, 15 dias, um mês ininterrupto, para poder ganhar mais um pouco. Não há fiscalização. Salve-se quem puder. Este é o retrato do País.

Enquanto isso, a imprensa preocupa-se com a escala que a presidente da República – de um País do tamanho do Brasil – fez em Portugal, e não pode gastar R\$ 71 mil em um jantar. O dinheiro do País não vai embora com um jantar da presidente da República de um País do tamanho do nosso, não! O dinheiro do País vai embora nos metrô, nas hidroelétricas, nas grandes obras, que são todas superfaturadas. Sempre foi assim, todos sabem, pelo menos os que estão na política.

Essa é a pura realidade! A imprensa fica se apegando à escala que a presidente Dilma Rousseff fez em Portugal e gastou com sua comitiva R\$ 70 mil. Este é o País!

Não vejo nenhuma matéria, nenhum escândalo nacional sobre o que os advogados eleitorais estão ganhando, principalmente em Brasília, com essa lei eleitoral estúpida. Vemos todos os dias governadores, como foi a do Rio Grande do Norte esses dias, prefeitas e prefeitos sendo cassados. Uma indústria de cassação. Alguns foram penalizados porque disseram que faziam propaganda. Vemos, todos os dias, prefeito e governador fazendo propaganda o dia inteiro nas televisões e nas rádios.

Esta é a realidade! É um País de faz-de-conta. Milhões – digo isso com propriedade, e é claro que os advogados estudaram, são profissionais, não têm culpa, agem conforme a brecha que se abre, deputada Ivana Bastos –, são milhões que sangram dos cofres públicos.

A governadora do Rio Grande do Norte, centenas de prefeitos pelo Brasil afora, com problemas na Justiça, quando chegam a Brasília, por mais pobre que seja o município, não gastam menos de meio milhão para começar. Quem é que paga a conta? É o povo, o município.

Não me diga que a governadora do Rio Grande do Norte ou outros prefeitos, o de Petrolina, vários outros do Brasil que precisam gastar com advogados, estão ocupando o cargo, não pagam aos advogados com recursos públicos. É claro que não farão empenho, processo de pagamento, para pagar a advogado oficial. Mas tem um jeitinho, por outro lado, todos sabem disso.

Não vejo nenhuma matéria sobre isso, sobre esse escândalo nacional de milhões e milhões que estão tomando dos municípios que não têm saúde, educação, estradas, segurança. Fica tudo por isso mesmo neste País, em muitas áreas do faz-de-conta.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Ivana Bastos):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos dirigentes sindicais e representantes do segmento empresarial que lotam as nossas Galerias Paulo Jackson, imprensa, servidores, meu querido deputado Elmar Nascimento, venho a esta tribuna dizer da importância da ampliação desse debate que V.Ex^a teve na sessão passada junto com o Líder do governo no sentido de hoje fazermos uma avaliação mais criteriosa e que possamos votar esse projeto da deputada Maria del Carmen, que é a lei intitulada Anticalote. Acho importante, há uma vontade de todos deputados nesse sentido, o debate se deu de uma forma tripartite em que estava o representante dos trabalhadores, do segmento empresarial e da Assembleia Legislativa assessorada aqui pela área jurídica do governo do Estado da Bahia. Acho que está um projeto maduro para que possamos votar hoje e a Saeb ter tranquilidade e soltar, inclusive, as novas licitações dentro de uma nova regulação que privilegie a contratualização dos trabalhos entre empregador e empregado.

Mas eu quero, deputado Carlos Geilson, lançar hoje aqui um debate com relação aos projetos de lei de autoria dos deputados. Esta Casa tem trabalhado, e é a sua obrigação votar os projetos do Executivo. Não tivemos recesso este ano, e ficamos exatamente debatendo aqui o orçamento, debatendo a PEC dos royalties e diversos projetos do Executivo.

Mas quero lançar aqui, deputado Marcelino Galo, uma luta que temos de fazer nesta Assembleia. No próximo ano legislativo, que se iniciará a partir da próxima

segunda-feira, teremos de fazer um debate com a presidência, com a Mesa Diretora da Casa, deputado Joseildo Ramos, para que se vote pelo menos 1 projeto de deputado aqui no ano de 2014. Quero assumir a dianteira desta luta. Não podemos ficar aqui apenas votando projetos do Executivo. Temos de votar os projetos do Executivo, sim, mas temos de votar aqui os projetos de autoria dos deputados.

Votamos aqui projetos de autoria da deputada Luiza Maia. Espero que votemos, hoje, o projeto da deputada Maria del Carmen. Mas precisamos fazer uma análise rápida, criteriosa dos diversos projetos de iniciativa dos deputados para que possamos votar, deputado Joseildo Ramos, pelo menos um projeto por cada deputado. Quero fazer esse debate na nossa bancada do Partido dos Trabalhadores para que possamos trazer como posição fechada de cada deputado, colocar para apreciação pelo menos um projeto por cada parlamentar.

Espero que o coletivo avalie, vote a favor, vote contra, mas devem ser apreciados os projetos de iniciativa dos deputados desta Casa para que possa valer também o papel do parlamentar como pensador, para que com a sua iniciativa haja leis que regulem o Estado a partir do interesse da sociedade, culminada pela iniciativa dos deputados e deputadas desta Casa.

Por último, quero dizer que, realmente, deputado Carlos Geilson, este mês de janeiro, trabalhamos de uma forma para que a sociedade possa realmente entender que esta é uma Casa Legislativa que tem honrado seus compromissos trabalhando, pensando no Estado independentemente da relação individual de cada parlamentar desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Pelo tempo de 25 minutos o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, companheiros das galerias, com certeza hoje vamos votar esse projeto, depois de uma luta árdua dos companheiros aqui presentes para pressionar.

Gostaria de me manifestar sobre uma pesquisa que foi divulgada, inclusive parte dela está na revista Carta Capital, e que coloca que 1% da população mundial, apenas 1% detém, hoje, 50% das riquezas produzidas no mundo. Na lista dos milionários, um com mais de 50 bilhões de dólares tem um patrimônio equivalente ao de 3 milhões e 500 mil pessoas.

Meus companheiros, nobres deputados e deputadas, não vai haver polícia, sistema de repressão, controle que segure uma sociedade capitalista estruturada numa perversidade nunca vista.

O mundo hoje, que tem em média 7 bilhões de pessoas, não comporta uma concentração de renda, de riqueza como essa. Essa concentração que se expressa na

terra, na renda, nas riquezas, isso, sim, é a questão central no mundo e no nosso país, a questão da desigualdade social.

E entram os governos, os Estados totalmente impotentes para mexer numa realidade dessa porque, mesmo nos Estados, estão todos capturados hoje pelo sistema financeiro internacional e nacional, através das dívidas públicas que extorque, exaure, faz uma transferência de renda brutal dos mais pobres para os mais ricos.

Os Estados e os governos hoje são extremamente limitados do ponto de vista de conduzir mudanças sociais, mudanças econômicas, mudanças estruturais na nossa sociedade, de forma que possamos mudar a realidade de vida dos mais pobres.

Então, esses governos capturados pelo sistema financeiros são extremamente limitados. É preciso darmos um salto. Os movimentos sociais, aqueles partidos políticos comprometidos com a mudança de vida das pessoas, precisam entender que é necessário retomar de forma decisiva a organização da sociedade, a velha luta de classes.

O governo, através de políticas públicas, se tornou insuficiente. Essas políticas têm limites e não mudam mais a vida das pessoas. Aqui, no nosso País, estamos vendo que, na contramão da história, mesmo com essa concentração absurda e brutal que ocorre no mundo... Mesmo assim, na América Latina, principalmente no Brasil, ainda há certa e limitada divisão, distribuição e transferência de renda para os mais pobres. No entanto, com esse limite do Estado, é preciso retomar a velha luta de classes, é preciso organizar os trabalhadores, é preciso que os movimentos populares, os movimentos sociais entendam que, se não alterar essa estrutura, nós não iremos a lugar nenhum.

Hoje, isso se expressa na realidade. É o apartheid, são as periferias, são as pessoas, os trabalhadores morando nas piores condições de vida, porque as cidades também estão dominadas e capturadas pelos interesses imobiliários, pelos interesses dos grandes que capturam dos governos, no sentido de prevalecer o péssimo transporte público, a coleta de lixo da forma como se dá. Tudo isso pela captura que é feita dos governos pelos grandes empresários.

É preciso romper! E não é com a desqualificação da política que é feita, principalmente pela grande mídia dominada por apenas sete famílias, que, de forma criminoso e antidemocrática, cotidianamente, vivem a criminalizar a política... Sem a política, com certeza, nunca haveria um presidente como Luís Inácio Lula da Silva, um trabalhador, metalúrgico; nunca uma empregada doméstica se transformaria em Senadora; nunca uma mulher como Marina da Silva, que foi alfabetizada aos 17 anos, se transformaria numa senadora. Então, esse que é o objetivo maior da política. Essa tentativa cotidiana dos meios de comunicação de desqualificar a nossa política, deputado Joseildo Ramos, vem no sentido contrário dessa grande aliança da mídia com o sistema financeiro para construir esse sistema criminoso de contração de renda.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo um aparte ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Agradeço, deputado Marcelino Galo, pelo aparte. Aproveito para parabenizar V.Ex^a pelo discurso que faz, se utilizando da tribuna no Grande Expediente. Me sinto orgulhoso da sua fala.

Hoje, na Ordem do Dia considero importante que esta Casa e o Parlamento do Brasil como um todo, pautem, em definitivo, processos que estão se aprofundando como a judicialização da política – isso é um perigo –, bem como a sub-representação nas Casas Legislativas daquilo que é a média da sociedade brasileira. Esta Casa, por exemplo, está longe de espelhar o que temos de expressivo na sociedade baiana, mesmo porque o processo eleitoral do sistema político vigente já está exaurido, esgotado. Estamos correndo a passos largos para inviabilizar a representação indireta na jovem democracia deste País.

Portanto, é urgente que se faça o aprofundamento, em cada canto deste País, sobre a mãe de todas as reformas, que é a reforma política. Não apenas a reforma eleitoral, mas o aprofundamento das discussões específicas para tratar do sistema político, que deixa claro esse processo de fulanização da política, esse processo de fragilização das agremiações partidárias. Portanto, está na ordem do dia a reforma política e o nosso partido tem capitaneado essa discussão, mesmo porque não está satisfeito com a ordem política vigente.

Gostaria de lembrar esses aspectos que estão diretamente ligados à fala de V.Ex^a. e mais uma vez parabenizo-o pelo discurso, meu caro e nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Obrigado, deputado Joseildo Ramos.

Peço ao presidente Adolfo Menezes que incorpore o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Companheiros, a luta pela democracia; pela democracia real... Inclusive, vejo faixas “plantadas” do movimento que é contra o avanço da civilização, porque não existe democracia sem os direitos humanos. Os direitos humanos nos permitem viver na diversidade; respeitar as diferenças e não aceitar, nunca, a violência descabida que há neste país contra os negros e homossexuais. Temos que respeitar as diferenças.

Vocês não devem admitir serem usados por aqueles que têm no ódio a sua plataforma para conquistar votos. Enganar pessoas, transformar um verdadeiro movimento real da nossa sociedade... (A plateia se manifesta com vaias.) Podem vaiar.

Para construirmos a liberdade neste País, temos que ter respeito às diferenças. Sei que isso foi um movimento organizado, mas esta Casa não se deixará influenciar. Hoje, iremos votar e aprovaremos o conselho que fará parte da estrutura do Estado para proteger e garantir os direitos dos gays, lésbicas e transexuais.

Essa é a verdadeira civilização, e devemos defender o direito de religião e da tolerância religiosa. Na democracia, não podemos estimular a violência e o ódio. Essa forma é odiosa. Muitos homossexuais, gays e lésbicas são assassinados neste País, e não podemos ser cúmplices disso. Pelo contrário, devemos trabalhar para civilizar a nossa sociedade.

A política é a arte da não-violência. É com diálogo que se resolvem as

questões. É por isso que esta é a Casa da democracia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Marcelino Galo, um minuto por favor.

Meus amigos, esta é uma Casa do povo. Como alguns de vocês estão vindo aqui, pela primeira vez, quero informar que não podem tecer comentários dessa forma. Vocês podem bater palmas, é natural. (Palmas.) Meus amigos, esta é a Casa dos deputados e do povo. Há deputados que defendem, outros são contra, mas tem que haver o respeito mútuo. Quero dizer que vocês podem ficar aqui o tempo que for necessário, porque esta é a Casa de vocês, mas temos que manter o respeito com qualquer dos oradores. Aqui existem 63 parlamentares, que são iguais como deputados, mas com diferentes maneiras de pensar. E foi o povo que os colocou aqui, temos que respeitar. Então, peço a compreensão de vocês para que não haja qualquer problema.

Retorno a palavra ao deputado Marcelino.

O Sr. MARCELINO GALO:- Então, dando seguimento, Sr. Presidente, para discutir essa crise profunda do sistema capitalista que resulta numa crise energética, alimentar e ambiental.

Na semana passada, estivemos em Porto Alegre, participando do Fórum Temático Mundial, onde se discutiu democracia e crise política e o aprofundamento da democracia real em nosso País e no mundo. Foi um evento ao qual eu não poderia faltar, porque já estava marcado há quase 1 ano, Ali, tivemos a oportunidade de coordenar uma Mesa em que discutimos a nova legislação, o novo Código Florestal Brasileiro. Reconhecemos que como ele foi aprovado houve um retrocesso para o País na preservação ambiental.

Também discutimos a preservação das unidades de conservação que estão sendo ameaçadas em nosso País. Pudemos verificar que a Costa Rica, um país minúsculo, recebe a visita de mais de 25 milhões de turistas por ano somente para conhecerem os parques, as unidades de conservação e o meio ambiente daquele país. Isso é o turismo ambiental.

Agora, vejam a nossa situação. O Brasil, uma das maiores potências ambientais do mundo, dispõe de uma série de parques, reservas, áreas de preservação, mas que precisam ser melhor cuidadas. Então, discutimos que é necessário a demarcação dessas unidades de preservação, que cada uma delas tenha planos de manejos constituídos e, também, a implementação do Código Florestal, com todas as suas limitações, seja garantida, principalmente no que diz respeito ao cadastro ambiental das propriedades. Porque dele vamos ter um diagnóstico da situação atual, poderemos retirar os planos de recuperação das áreas degradadas e ter um balizamento para que preservemos essa riqueza fundamental para este País que são os nossos recursos naturais.

O Sr. Rosenberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Concedo o aparte ao deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Meu querido deputado Marcelino Galo, eu gostaria

de referendar o seu pronunciamento sobre democracia. Ainda ontem, pela manhã, participei de uma atividade em Itabuna com os diretores e diretoras de escolas públicas do nosso Estado, na abertura da jornada pedagógica da Direc 7, e falamos de democracia.

Quero, aqui, reafirmar o que disse lá, ampliando o seu balizamento sobre democracia: a educação pública, uma educação que atenda a toda a demanda da sociedade é condição fundamental para que possamos consolidar o processo democrático na sociedade moderna. É impossível se ter uma democracia se você não dá oportunidade a todos de terem acesso ao conhecimento.

Anteontem, quando eu ia de Ilhéus para Taperoá, estive em uma localidade onde um trabalhador rural que sequer sabia assinar seu nome me falou sobre diversas questões e me deixou estupefato quanto à sua inteligência. Um homem extremamente inteligente, sabedor das questões do nosso Planeta. E eu me perguntava: Imaginem! E se esse homem tivesse tido a oportunidade de frequentar uma escola, de fazer com que eu pudesse ter o conhecimento necessário para desenvolver as suas aptidões?

Certamente a falta de uma escola pública que dê acesso a todas as crianças e jovens impede também a possibilidade de termos novas inteligências, a exemplo desse homem, o qual, se tivesse tido a oportunidade de cursar uma escola de grande capacitação, poderia ser um cientista, um grande advogado, um grande médico e de repente estar aí atuando para o desenvolvimento do País.

Por isso, entendo como duas questões básicas a reforma política, que nós precisamos ter imediatamente como base fundamental para a consolidação do processo democrático, e também um investimento maior no processo da educação pública gratuita de qualidade, para que possamos realmente consolidar a democracia nos países modernos.

Muito obrigado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço o aparte do nobre deputado Rosemberg Pinto e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer que V.Ex^a tem toda a razão, porque vivemos num País onde ainda entre os jovens de 15 a 25 anos há 13 milhões de analfabetos.

Então, essa juventude que vive fora da escola está sendo condenada. O seu futuro está sendo negado. Não existe nação desenvolvida que não tenha na educação a sua pedra fundamental. Isso fora os analfabetos funcionais, fora o sistema educacional que foi universalizado. Temos a nossa maioria de jovens e crianças na escola, mas ainda um ensino de baixa qualificação.

É preciso, deputado Rosemberg Pinto, que a nossa sociedade, os nossos governantes valorizem principalmente aquela peça fundamental da Educação: os nossos professores. E que lhes paguemos melhor e os qualifiquemos porque, sem dúvida nenhuma, no dia em que eles estiverem ganhando a mesma coisa que os médicos, mesmo sabendo do trabalho exaustivo, da jornada duplicada, triplicada desses profissionais... Enfim, se a sociedade não valorizar o trabalho fundamental dos professores na formação das novas gerações e qualificação de melhores cidadãos e cidadãs, nós com certeza não vamos melhorar a qualidade de vida no nosso País.

Então, deputado Rosemberg, V.Ex^a tem toda a razão quando fala na questão da educação e quando fala, também, dos pescadores. Na semana passada, fui a Ituberá mais precisamente na comunidade de Barra do Serinhaém. Tive a oportunidade de visitar o local e de dialogar com as comunidades pesqueiras, pois as mesmas estão sendo ameaçadas pelo aquecimento global. É preciso que a gente se preocupe com isso. Os níveis de marés estão subindo. A comunidade pesqueira e as barrancas, que o senhor as conhece, estão sendo destruídas. Ali tem muitas casas e estabelecimentos comerciais. Os pescadores me cobravam ser necessário que a prefeitura e o Estado fizessem o suporte para que isso não acontecesse.

Por isso, esta Casa precisa retomar as discussões de questões cruciais. Uma delas diz respeito à questão ambiental que, hoje, é uma crise planetária, pois, associada a esta concentração de renda criminosa, tudo leva a crê que se a gente não se der conta hoje, não só em nosso País, mas o planeta, como um todo, será ameaçado.

Esta discussão foi muito importante. Inclusive a nossa Vice-Líder e deputada Kelly Magalhães nos cobrou a presença na terça-feira passada. Mas foi justamente por causa desta visita, deputada e professora Kelly Magalhães, que não comparecemos, uma vez que nós já tínhamos assumido esse compromisso. E, ali, participamos de um debate durante quase um dia inteiro sobre as questões fundamentais.

Era isso que queria registrar nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Líder do Governo ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. presidente, pelo tempo de 11 minutos, falará o deputado Marquinho Viana da região da Chapada Diamantina.

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a poderia me substituir, aqui, por um minuto?

Por 11 minutos, falará o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. presidente, caros colegas deputados, mais uma vez, venho à tribuna para trazer um assunto de grande interesse para o País e não só para a Bahia.

A presidente Dilma esteve visitando Cuba e fazendo os investimentos do porto. Com isso, melhora as relações com o presidente cubano, pois está trazendo, para o Brasil, mais 2 mil médicos. Eu queria dizer que, além desses 2 mil médicos que estão vindo agora juntamente com Programa Mais Médicos vindos anteriormente, não são suficientes para tratar da nossa gente no Brasil.

Na semana passada, houve um acidente em Barra da Estiva. E o paciente foi regulado para o Hospital de Base. Lá, deslocou-se para o São Vicente. O médico-cirurgião de plantão disse que não poderia fazer a cirurgia, pois a mesma custava em

torno de R\$ 14 mil. Tal atitude foi injusta com aquele que precisa, pois é usuário do SUS.

Vejam, o mesmo cirurgião que disse que poderia fazer a cirurgia por R\$ 14 mil, depois que a família se desgasta para procurar o prefeito e o deputado, este mesmo cirurgião, na semana seguinte, encaminhou o tratamento para o procedimento cirúrgico pelo SUS.

Acho que os médicos não deveriam humilhar as pessoas. Se os médicos recebem para fazer as cirurgias pelo SUS, então não coloquem os pacientes em constrangimento para cobrar por fora. Não é possível que o mesmo médico que atende um paciente e cobra R\$ 14 mil para fazer uma cirurgia, este mesmo profissional, na semana seguinte, faz o procedimento normalmente.

Os dirigentes, como os secretários da Saúde municipais, estaduais e federais, incluindo o ministro da Saúde e, também, a presidente Dilma, devem se reunir com esses grupos de médicos. E se eles são contratados, eles devem, sim, fazer os procedimentos cirúrgicos pelo valor que recebem pelo SUS.

Continuando, nobre presidente, eu gostaria de fazer um elogio especial ao município de Coribe, que tem à frente da sua Prefeitura um jovem de apenas 28 anos, Manoel Rocha. Nesse primeiro ano de mandato ele já realizou diversas obras em parceria com o nosso deputado federal José Rocha, que apresentou diversas emendas com recursos oriundos do governo federal.

Na sexta-feira o prefeito deu a ordem de serviço para a construção da sede do INSS, que beneficiará os municípios de Coribe, Feira da Mata, Jaborandi, Cocos e atenderá aquela população num raio de aproximadamente 50 quilômetros. Isso demonstra o cuidado que o prefeito está tendo com o povo não só na sua cidade, mas da região, visto que ele também é o presidente da Associação de Prefeitos daquela região, proporcionando serviços para o povo, principalmente àqueles que mais precisam.

Anteriormente foi iniciada a construção de duas praças. Uma delas deve ser inaugurada em março, a outra em abril. Isso demonstra o interesse do prefeito em tratar bem o seu povo.

Ainda quero parabenizar, mais uma vez, o deputado José Rocha pelo fato de ter colocado emendas para aquele e para diversos outros municípios, como Barra da Estiva, onde iniciamos, por licitação, a Praça Pedro Ribeiro de Souza, com a construção estimada em aproximadamente R\$ 500 mil. Será mais um local para a população frequentar e participar dos eventos.

Sr. Presidente, ainda com relação às minhas visitas à região Sudoeste, quero falar sobre a recepção, no município de Paramirim, do prefeito Júlio ao nosso vice-governador – governador em exercício à época – Otto Alencar, juntamente com o chefe da Casa Civil, Rui Costa. Foram inauguradas diversas obras de infraestrutura no distrito de Caraíbas. Pudemos observar lá o carinho das lideranças e do povo da região pelo secretário Rui Costa. Ele esteve na fazenda do prefeito Júlio, onde pôde atender alguns prefeitos, juntamente com o governador em exercício, Otto Alencar. Eles atenderam e trouxeram para Salvador as reivindicações.

Esses prefeitos tiveram um ano, 2013, difícil com relação aos recursos. As arrecadações diminuem todos os anos e as despesas sempre aumentam, principalmente as de pessoal. O governo federal cria diversos programas, mas a despesa maior fica para o município. Um benefício muito importante para os municípios são diversas máquinas, mas o custeio fica a cargo dos municípios, já que são dois operadores por máquina, além do combustível e a manutenção dos equipamentos. Os PSFs instalados em diversos municípios também não fogem à regra: recebem R\$ 12 mil e gastam R\$ 30 mil mensais com a comunidade.

Então há muita dificuldade. O governo federal deve olhar para esses municípios brasileiros que têm dificuldades e não possuem recursos para investimentos. Não vemos um prefeito dizer que está em boa situação, a não ser os grandes municípios, como é o caso de Camaçari, São Francisco do Conde, etc.

Sendo assim, Sr. Presidente, quero deixar registrado que a carga maior é dos municípios. E quanto a nós, deputados que frequentam o interior, a população pensa que conseguimos arrumar muitas obras, que temos muito dinheiro. Isso não é verdade. O governo do Estado também tem suas dificuldades. E quando vamos ao interior voltamos com a pasta cheia de demandas, de pedidos para serem encaminhados ao governo do Estado. E ouvimos do governo que ele também está passando por dificuldades. Então, a presidente Dilma deve olhar para os prefeitos e governadores que estão com dificuldades para gerirem os seus municípios e estados.

Então, nobre presidente, é isso que quero deixar registrado, aqui, hoje, nesta Casa: as dificuldades que todos os municípios estão passando. E observamos que para a Copa do Mundo foram feitos investimentos em grandes estádios, grandes equipamentos esportivos, enquanto os municípios estão com dificuldades de pavimentação, de manter a saúde em dia, de atender ao morador da zona rural, principalmente os mais longe da capital, que não consegue fazer exames e cirurgias de média e grande complexidades.

Muito obrigado, nobre presidente, por sua tolerância, e minhas saudações verdes a este Plenário. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr^a Presidenta, falará pela metade do tempo o nobre deputado João Carlos Bacelar, e pelo tempo restante, o deputado que vos fala.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até 5 minutos e meio.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, deputada Kelly Magalhães, Srs. Deputados, o prefeito ACM Neto anunciou ontem o novo shopping que será construído no terreno do antigo Aeroclube, resolvendo um dos grandes entraves da Cidade do Salvador.

A primeira coisa que chama a atenção no desenho do novo shopping, que se

chamará Bosque da Orla, e o futuro Parque dos Ventos é a modelagem do citado empreendimento. É uma Parceria Público-Privada em que não entra um tostão de recursos públicos, não entra dinheiro do BNDES. Porque se acostumou o atual governo a fazer obras de preços incalculáveis que têm como característica estourar o orçamento, e tudo com recursos do BNDES.

No futuro shopping Bosque da Orla todo o investimento será da iniciativa privada. Como contrapartida à utilização da área, a iniciativa privada implantará o Parque dos Ventos, que talvez se torne um dos grandes cartões-postais da Cidade do Salvador, respeitando as características e a topografia da área. É uma área aprazível, arborizada, e com a característica de ser bastante chuvosa e de ventos fortes. O parque será montado para ter uma convivência pacífica e harmoniosa com esses dois fenômenos da natureza.

O shopping irá gerar 3 mil empregos diretos. E para uma cidade como Salvador, onde há uma forte demanda por empregos, a criação de 3 mil postos de empregos diretos representa quase uma Ford do Brasil. A Ford, quando foi implantada em Camaçari, gerou, em sua fase inicial, 5 mil empregos. O shopping Bosque da Orla irá gerar 3 mil empregos. O projeto é de um dos arquitetos mais famosos do mundo, de uma das empresas de arquitetura mais famosas do mundo com shoppings em Lisboa, por toda a Europa, no Texas, na China e na Coreia. Na área do parque, teremos pista de skate, quadras, dunas, passarelas, enfim, será um local privilegiado para o lazer da população da cidade do Salvador. Está de parabéns o Sr. Prefeito ACM Neto por ter resolvido esse grande gargalo urbano da cidade do Salvador.

Outro detalhe do projeto que chama a atenção é a criação de uma pista entre o atual Aeroclube e a orla, uma pista contemplativa, cuja velocidade não poderá ultrapassar 20 quilômetros por hora, descortinando para toda a população da cidade de Salvador aquele belo trecho do Atlântico que se acopla ao parque do Jardim dos Namorados, ao Parque da Boca do Rio. Enfim, a recuperação da orla da cidade do Salvador.

Volto a dizer: parabéns ao prefeito e à sua equipe, que encontraram uma solução inteligente, bonita e geradora de riqueza para esta cidade. Parabéns ao grupo empresarial, tendo à frente o empresário cearense Tasso Jereissati, e acima de tudo, parabéns à Boca do Rio e à cidade do Salvador pelo equipamento que vai ganhar.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pelo restante do tempo, ou seja, 6 minutos, o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr^a Presidenta, nobres deputados e deputadas, a todos das Galerias, aos que nos assistem e nos ouvem através da TV Assembleia, boa-tarde.

Estamos hoje na expectativa de votar matérias importantes, alguns projetos que estão na Ordem do Dia, projetos outros de autoria de deputados que, devido a todo trâmite, têm, por conta dos prazos regimentais, dificuldade de chegar a este Plenário. Está em negociação e entendimento entre o Líder da Minoria e o Líder da Maioria a

votação hoje de projetos importantes de alguns deputados, por exemplo, o da Lei Anticalote, da deputada Maria del Carmen; há o projeto de nossa autoria que pretende parcelar o IPVA. Hoje, quem paga o IPVA cota única tem desconto ou pode efetuar o pagamento em três parcelas. Queremos ampliar esse prazo para pagamento, adequando aos mesmos moldes do IPTU, chegando ao máximo de 10 parcelas.

Queria contar com a colaboração do Líder do governo, até porque isso não afeta em nada os cofres do Estado. Toda essa receita será no exercício do ano de 2014, e o objetivo é permitir, principalmente, que muitos baianos e baianas que estão hoje com dificuldade de honrar seus compromissos mensais possam pagar isso diluído ao longo do ano. Isso iria evitar, por exemplo, o que o governo do Estado está fazendo agora, permanentemente, blitz nas ruas para cobrar o IPVA. Por quê? Porque o número de inadimplência está alto. Claro! Chega-se ao final do mês e não há recursos para honrar o orçamento familiar, e acaba-se deixando para segundo plano o pagamento do IPVA, porque a pessoa tem que pagar a escola do filho, tem que pagar o mercado do mês, tem que pagar o plano de saúde. O IPVA fica para um segundo momento, até porque hoje a família brasileira, em especial a classe média brasileira, está endividada. Seria uma forma de permitir que diminuíssem o número de inadimplentes. E eu queria fazer um apelo ao Líder do governo e aos demais deputados a fim de que possamos votar esta matéria hoje, já que ela vem dentro do que espera a população baiana. Então que nós deputados possamos votar matérias importantes no sentido de ajudar e melhorar o dia a dia das pessoas.

Então, nobre presidenta, é com muito entusiasmo que torcemos para que esse acordo saia e que possamos votar o orçamento em segundo turno e outros projetos importantes e, a partir daí, comecemos a acompanhar o dia a dia para saber o que isso influencia na vida das pessoas. Espero que haja sensibilidade por parte desse governo, que, sabemos, está na ânsia arrecadadora, está aí tirando incentivos fiscais, como foi o caso de alguns produtos da cesta básica, a exemplo do leite em pó e da charque, elevando de 7 para 17% a alíquota do ICMS.

Percebemos a ânsia do Estado em arrecadar por conta da PEC dos Royalties, em que o governo pretende vender as receitas dos próximos cinco anos do Estado, numa operação de crédito que iria permitir a antecipação desses recursos. Mas, com o espírito de tranquilizar e dizer que nada vai comprometer a situação do governo, é que esperamos que possa haver o parcelamento do IPVA, que eu sei que vai ajudar e muito as famílias baianas que têm dificuldade de pagar em três parcelas este imposto, pelo valor elevado dele.

Pediria que houvesse uma sensibilidade por parte do governo. Acho que se o governo se programar, até porque a tendência depois disso é evitar a inadimplência e aumentar a receita do IPVA. Naturalmente, parcelando ao longo do ano, não irá comprometer em nada o exercício financeiro e a programação do Estado em honrar seus compromissos.

Faço um apelo, mais uma vez, ao nobre Líder do governo para que ele use sua força, seu prestígio e influência junto ao secretário da Fazenda, e este dê apoio para que a matéria do IPVA possa ser aprovada hoje no bojo dos demais projetos

importantes de interesse da sociedade baiana que iremos votar aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luíza Laudano):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PC do B, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, falará por seis minutos a deputada Kelly Magalhães e, por cinco minutos, eu falarei.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luíza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães por seis minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr^a Presidente, colegas deputados, queria saudar as galerias, que hoje está diversificada, saudar os que estão na luta aqui há muito tempo pela aprovação da Lei Anticalote, como uma forma de mostrar a necessidade que o Parlamento tem de votar os projetos que chegam a esta Casa sejam do governo do Estado sejam de autoria dos deputados, mas que tenham relação direta com os interesses da sociedade. Portanto, acho que a Assembleia cumpre um papel decisivo ao votar, de fato, esse projeto, respeitando os trabalhadores, respeitando acima de tudo os direitos que esses trabalhadores devem ter e a nossa responsabilidade para com a sociedade.

Da mesma forma que todos estamos empenhados em votar o projeto Anticalote para sair desse impasse em que passamos todo o mês de janeiro aqui discutindo o Orçamento, a emenda impositiva que cria uma possibilidade de os deputados também terem recursos a serem destinados para suas áreas. Então, houve a própria ausência do recesso parlamentar, período para que possamos estar nas bases tendo condições plenas de discutir mais próximos dos eleitores. Isso já foi praticamente encerrado neste mês, levando em consideração esta agenda intensa de trabalho que tivemos. E na próxima segunda-feira já teremos a reabertura dos nossos trabalhos, com o governador fazendo o seu pronunciamento oficial na abertura anual para o Legislativo e todos nós.

Falo isso porque na semana passada, da mesma forma que não se votou o Projeto Anticalote, um equívoco...

Quero chamar a atenção para o projeto que cria o Conselho que vai discutir as políticas públicas efetivas para os gays, as lésbicas, a comunidade gay aqui da Bahia. Faço isso com a serenidade de quem respeita e, com certeza, reconhece a importância que têm hoje as comunidades evangélica e católica, os setores religiosos, inclusive na transformação de vidas. As igrejas até têm assumido um papel fundamental, que muitas vezes o próprio Estado não cumpre, na recuperação de drogados e na reintegração de novas vidas que estão perdidas nesse desajuste que a gente vive atualmente. Inclusive saúdo o Sargento Isidório que tem, certamente, um dos melhores e maiores projetos que só quem tem coragem para ser chamado de doido pode abraçar. E ele abraça o seu projeto de recuperação de drogados na cidade de

Candeias.

(Palmas nas Galerias!)

Estive presente lá com a Comissão da Mulher, acompanhada das deputadas Neusa Cadore e Luiza Maia, e conheci o projeto. É necessário que haja, sim, a parceria do poder público, porque sozinho não se consegue fazer muita coisa. A recuperação dos dependentes de crack, dos alcoólatras e da população de rua é necessária. Com certeza, eu a abraço. Sem dúvida nenhuma, ela tem o meu total apoio. Quando nós abraçamos essa causa e dizemos que é necessário ter esse instrumento e organismos como este fazendo esta discussão, também chamamos a atenção para a necessidade - a qual o poder público tem que ter - de reconhecer que o Estado é laico e que a obrigação dele não é tomar partido de a, b ou c, mas sim cuidar de todos indistintamente.

A criação do Conselho é apenas um canal aberto de diálogo. Não está determinando que você vai ser heterofóbico ou homofóbico nem criando segregações ou segregando aquilo que não existe. Ao contrário. O Brasil viveu durante muito tempo índices terríveis de violência contra a criança, e foi preciso criar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi necessário muito tempo para debater a criação do Estatuto do Idoso. E foi preciso que uma mulher como a Maria da Penha chegasse a sofrer o que sofreu para mostrar que era preciso criar a Lei Maria da Penha.

Então, no Brasil de hoje, o que queremos dizer - e todos nós quando subimos aqui - é que é necessário e não dá para o Estado desconhecer que atualmente a população que faz essa opção sexual, a qual com certeza é uma condição de cada um, se no futuro tiver de mudar fazendo uma outra, terá de ser acompanhada por apoios. Mas, enquanto isso, ela está sujeita à violência. E a obrigação do Estado é proteger aqueles que são vítimas da violência, da discriminação, do assédio, da desmoralização, da desconstrução da sua imagem enquanto seres humanos dignos daquilo que é dever das autoridades lhes prover.

Portanto, nesta terça-feira, nada mais nada menos vai-se fazer aqui do que aprovar a criação de um Conselho ligado à Secretaria de Direitos Humanos. E com certeza será um órgão importante, que vai apenas debater com a comunidade. Assim como os demais Conselhos desse tipo que já existem, nós não vamos negar a importância da sua existência justamente para evitar aquilo a que assistimos hoje: o número de pessoas assassinadas por conta da sua opção e, muitas vezes, pela incompreensão e falta de políticas do governo, do Estado para dar assistência àqueles que mais precisam.

Portanto, acho que é dever de vocês estarem aqui. Todos nós vamos fazer um grande momento e um grande debate, hoje, para votar o segundo turno do orçamento, votar a PEC do orçamento impositivo, votar o projeto Anticalote e, com certeza, votar a criação do Conselho que, mais do que isso, é uma necessidade para se criar e se acabar com o que nós estamos vivendo hoje, que é a desigualdade, o preconceito e a discriminação, tudo isto gera violência em cima de violência.

Obrigada pela presença de todos vocês, e com certeza nós vamos construir e

melhorar cada vez mais essa Bahia. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo restante do tempo do PDT /PCdoB, por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados presentes aqui nas Galerias Paulo Jackson, hoje nós temos vários projetos importantes para serem votados, o orçamento, a Lei Anticalote, o projeto do Conselho dos Gays e Lésbicas que, seguramente, será aprovado, e os demais projetos que temos, sem dúvida nenhuma, hoje teremos um dia bastante produtivo com a aprovação de todos os projetos importantes que estão colocados na ordem do dia.

Mas, Sr^a Presidente, eu gostaria de falar um pouco sobre a Semana Nacional de Combate à Escravidão, ao trabalho escravo. Hoje, 28, é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, dentro da semana onde diversas atividades estão sendo realizadas em todo o Brasil.

E eu gostaria de fazer aqui um registro importante que é sobre o assassinato de três fiscais do trabalho, exatamente os fiscais do trabalho que estavam no exercício da sua atividade, combatendo o trabalho escravo. Então, são eles: Erastócenos de Almeida Gonçalves, João Batista Soares, Nelson José da Silva e o motorista também que foi assassinado, Ailton Pereira de Oliveira. Eles foram assassinados por fazendeiros, na região de Unaí, e os fazendeiros já identificados como mandantes do crime estão no processo de julgamento, são os fazendeiros Norberto Mânica e o seu irmão Antero, mandantes do crime. Esses aí estão sendo julgados e estão buscando fazer uma manobra para que o Supremo Tribunal não julgue, transferindo o julgamento para a cidade de Unaí. Essa é a manobra que os fazendeiros estão tentando fazer para não serem julgados.

Mas, hoje, durante todo o dia, estão ocorrendo manifestações, inclusive em Brasília, lá no Supremo Tribunal, do Sindicato dos Fiscais do Trabalho, que estão reivindicando julgamento imediato. Infelizmente, nós estamos no Brasil que tem avançado muito, principalmente a partir do governo do presidente Lula, onde tem viabilizado instrumentos para combater o trabalho escravo. E, dentro desse processo, muitos trabalhadores que estavam no regime de escravidão já foram resgatados, milhares de trabalhadores, e o combate ao trabalho escravo ainda está colocado na ordem do dia.

Portanto, hoje é um dia importante, e nós não poderemos deixar de lembrar e lutar intensamente para que a gente acabe definitivamente com a escravidão no Brasil, com a escravidão típica mesmo do trabalho considerado escravo, aquele onde o trabalhador não tem o direito sequer de sair do trabalho, são presos, são obrigados a ficar ali a vida inteira, então esse é o trabalho escravo que ainda existe. Como também nós devemos combater o trabalho precário, que também ainda existe, embora tenha diminuído consideravelmente a partir dos governos dos presidentes Lula e Dilma. Mas ambos, trabalhos escravo e precário, ainda existem no Brasil.

Por isso, não poderíamos deixar de registrar aqui, hoje, o Dia Nacional de

Combate ao Trabalho Escravo.

Aqui, não poderíamos deixar de fazer o registro e, ao mesmo tempo, um apelo ao Supremo para julgar, imediatamente, os mandantes e os assassinos responsáveis pelas mortes dos três auditores fiscais do Trabalho, pois as vítimas estavam no exercício de suas atividades e no combate ao trabalho escravo.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Qual o tempo, Sr^a Presidenta?

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Onze minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Que bloco partidário?

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Bloco PMDB/PSB.

O Sr. Bruno Reis:- Não há orador, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, pelos 6 minutos iniciais, falarão o deputado Carlos Ubaldino e, pelos 5 minutos restantes, eu mesmo.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Ubaldino pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Mui digna presidente em exercício, Srs. Deputados, amigos e amigas das Galerias Paulo Jackson que nos prestigiam com as vossas valiosas e magníficas presenças, este é um dia memorável na história deste Parlamento pois, na realidade, iremos aprovar o Orçamento do Estado em segundo turno.

Estamos, nesta tarde, para comungar com os senhores que estão atentos ao desempenho do parlamentar nesta Casa. E, por certo, neste dia, voltará à tona todos os projetos que tramitaram nesta Casa na última quarta-feira. Um deles cria o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e assim sucessivamente.

Junto com o companheiro Sargento Isidório, demonstramos a nossa posição aos Srs. Parlamentares. Com base nas páginas da Bíblia Sagrada, onde Deus criou o homem e a mulher, macho e fêmea, o mesmo livro sagrado instituiu o casamento para que houvesse uma humanidade sadia e embasada nos preceitos divinos.

Senti-me lisonjeado, naquela tarde/noite, quando companheiros comungavam com a nossa posição. Sei que este projeto voltará à tona nesta tarde ou na noite deste dia. Mas, desde já, antes de sua aprovação, quero deixar registrado, nos Anais desta Casa, o meu voto de protesto à tamanha e absurda proposição. (Palmas)

Verdadeiro cristão não é aquele que se esconde atrás das páginas da Bíblia no momento em que está na igreja. O verdadeiro cristão, Srs. Deputados, é aquele que tem e professa as suas convicções diante de Deus, diante do povo e diante da

sociedade. E a sociedade por certo – meu companheiro Euclides, V.Ex^a que é um pai de família, que tem a alegria em ter filhos e filhas constituídos em família –, precisa de mulheres e homens íntegros.

Senhores, neste momento, volto os meus olhos para S.Ex^a o Governador. E a minha proposta é que este projeto seja tirado de pauta (Palmas) para que aqueles que se dizem crentes, evangélicos, católicos, que não comungam com esse projeto que fere os parâmetros divinos, a Palavra de Deus, possam, realmente, continuar primando pela ética, pela sociedade e pelo bem.

Srs. Deputados, não temos nada contra o cidadão e, sim, contra a prática do pecado na vida do homem. Sabemos, senhores, os senhores que têm a mente sadia, que Deus ama o homem e aborrece o pecado na vida do homem.

Dizia, em Porto Seguro, se pegarmos um casal de gays, colocarmos numa ilha e o deixarmos preso 50 anos, quando abrirmos a porta só encontraremos os ossos. Mas se colocarmos um homem e uma mulher encontraremos famílias e famílias constituídas (Palmas.) porque a ordem, a determinação de Deus, é que o homem seja instituído em família.

Fui, na realidade, abordado por um deputado, senhores, aqui na quarta-feira passada, dizendo que respeitasse a sua religião. E eu que estava um tanto exausto pelo cansaço – os senhores viram o quanto lutamos aqui à noite – disse a ele que o mesmo dever que eu tenho de respeitar a religião dele, é o mesmo que ele tem de respeitar a minha e assim viveremos unidos.

Então aqui fica, Sr^a Presidente, o meu abraço ao mui digno governador, aos meus companheiros deputados. E que neste momento de diálogo, de debate, possamos amadurecer. Porque a planta que se planta é essa que se colhe. Se estamos plantando uma semente podre, amanhã a sociedade vai ser podre, mas se estamos plantando o bem com base na irrigação da Palavra de Deus, amanhã a sociedade terá saúde espiritual, material, e, por certo, crescerá nos parâmetros divinos. (Palmas.)

Aqui fica o apreço, o abraço e o beijo do deputado Ubaldino. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, volto aqui para falar da importância dos projetos que temos, hoje, para votar: o projeto do Orçamento, o projeto da Lei Anticalote, e vários outros projetos como a criação do próprio Conselho que significa apenas respeitar a diversidade, respeitar a opção sexual de cada um. Cada um tem o direito de escolher fazer a sua opção. Devemos respeitar, isso significa democracia. Portanto, são projetos importantes que temos aqui para votar hoje e esperamos votar o mais rápido possível.

Mas, Sr^a Presidente, voltarei a falar sobre a questão do trabalho escravo. Só para se ter uma ideia, nos últimos 15 anos, foram resgatados 36 mil trabalhadores que estavam exercendo o trabalho escravo. Calculamos que no mundo, hoje, existem aproximadamente 12 milhões de pessoas trabalhando nessa condição. Portanto, esse é

um desafio de todos nós. Hoje, temos o trabalho precário, os baixos salários, mas, além de tudo isso, temos algo vergonhoso, que é o trabalho escravo. E não poderíamos deixar de combater essa doença social. É por isso que, hoje, é registrado o dia nacional de combate ao trabalho escravo e, durante toda a semana, teremos atividades para fazer com que fique marcada essa luta da sociedade contra essa chaga.

Vivemos, hoje, no Brasil, uma situação que tem melhorado de forma considerável. Tínhamos um índice de desemprego de aproximadamente 12% antes do presidente Lula assumir e, hoje, temos um índice de desemprego de aproximadamente 5,5%, 6%. Portanto o desemprego caiu para a metade. Tínhamos, também, nesse mesmo período, o número de trabalhadores na economia informal maior do que o número de trabalhadores na economia formal. Isso antes do presidente Lula assumir. Essa situação de trabalho informal é um dos indicadores de trabalho precário. O trabalho na informalidade significa, no geral, trabalho precário. Pois bem, tínhamos a maioria dos trabalhadores brasileiros na economia informal, hoje, essa situação já se inverte. Hoje, temos a maioria dos trabalhadores na economia formal, o que é um indicador de melhoria das condições de trabalho.

Tivemos, também, a melhoria dos salários, da massa salarial de uma maneira geral, inclusive do salário mínimo, onde a luta era para que se conquistasse o salário mínimo de U\$100,00. Alguns segmentos achavam que o salário mínimo de U\$100,00 era impossível e, hoje, temos um salário mínimo acima de U\$300,00. Hoje temos uma situação que melhorou de forma considerável. Mas, apesar dessa melhoria no mundo do trabalho, apesar de termos avançado muito fruto da luta dos trabalhadores, fruto das greves, das mobilizações e de um cenário favorável de democracia a partir da eleição do presidente Lula, apesar disso, temos ainda no Brasil muitos trabalhadores em regime de escravidão. Foram 36 mil resgatados nos últimos 15 anos, o que demonstra a ação do governo nessa área, mas também demonstra a vergonha que é o trabalho escravo no Brasil. E que precisa acabar, para isso temos que lutar intensamente pelo seu fim.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Quero registrar a presença dos pastores Manoel, Davi e Edvaldo, sejam bem-vindos à Casa do povo, V.Ex^{as} nos honram com sua visita.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr^a Presidente, falarei por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a **KELLY MAGALHÃES**:- Sr^a Presidente, subo a esta tribuna agora, para abordar um tema importante que considero absolutamente necessário se fazer aqui nesta Casa, que são os acontecimentos que presenciamos na televisão. Estamos

vendo a violência que toma conta de algumas capitais com grupos pequenos e reduzidos contra a Copa, achando que a Copa do Mundo é o grande mal dos desgastes, é a responsável pelos grandes males que o Brasil vive hoje.

Sou uma pessoa absolutamente convicta da capacidade do Brasil e do povo brasileiro. E digo com certeza: o Brasil que presenciou em junho do ano passado as manifestações que tomaram conta de todos os estados, manifestações fortes e vigorosas da juventude, do povo pedindo melhorias, pedindo uma nova concepção e investimento para um Brasil melhor. Esses setores foram ouvidos e estão sendo ouvidos pelo governo, que agora tem a capacidade de entender e concentrar melhor os recursos que estão aí.

Quero repudiar aqueles que usam a violência e que agora se mostram financiados por grupos interessados em desestabilizar o País, em criar uma aura de insatisfação, em desmoralizar o País que já deu e tem dado orgulho a todo o mundo como o País que tem o melhor futebol do mundo. Sedar agora em 2014 a Copa do Mundo e sediar os Jogos Olímpicos em 2016 foi um grande feito e uma grande jogada do presidente Lula. Esses investimentos agora começam a aparecer na medida em que se investe na criação dos estádios, na infraestrutura dos aeroportos, na construção das novas estruturas e ampliações para receber esses eventos, está gerando emprego, renda, movimentando a economia e fortalecendo ainda mais a economia brasileira.

Portanto, considero absolutamente vergonhosa a tentativa mesquinha daqueles que já perderam o poder pelas vias democráticas, e querem agora criar uma aura de instabilidade e colocar tudo como se fosse culpa da Copa do Mundo. Essa decisão não aconteceu do ano passado para cá. Esses investimentos não foram decididos do ano passado para cá. Gostaria, e isso já circula muito nas redes sociais, que aqueles que têm a coragem de depredar o patrimônio público, aqueles que têm coragem de queimar um fusca de um pobre coitado que circula pela avenida, impedindo a sua passagem, para mostrar a sua insatisfação, que tenha a coragem de ir para a sede da Fifa, que vá à Genebra, na Suíça, para mostrar a sua força contra o grande capital.

Para nós, com certeza, é um grande mérito o Brasil sediar a Copa do Mundo. Nós que reverenciamos o Carnaval, temos o Carnaval como uma grande atração turística, sempre tivemos o futebol como a melhor referência, exportando os melhores jogadores do mundo. Temos Pelé que é reconhecido internacionalmente e até hoje insuperável na sua marca como grande brasileiro que já esteve nos gramados. E o Brasil é o único País a vencer por cinco vezes a Copa do Mundo.

Portanto, precisamos olhar isso com olhar político e ver que por trás há outros interesses. Não é a preocupação em dizer que neste País não se está fazendo estádios, escolas e hospitais. Está, sim!

Nesses 10 anos de governo do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff estamos assistindo ao crescimento da infraestrutura necessária para este Brasil melhorar, crescer cada vez mais.

Quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo, e a direita estava no poder, por que eles não gritaram, berraram para impedir que o Brasil participasse? Muitos dizem

agora que não querem que passe da primeira fase. Ora, a hipocrisia beira muito a direita neste País, que não suporta que o Brasil dê certo, que não suporta ver o Brasil crescendo, e tenta jogar crise cambial, crise econômica e crise social que não existem.

Estão sendo construídos hospitais. Só o governador Jaques Wagner aqui, na Bahia, já construiu o Hospital do Subúrbio, o Hospital da Criança, e diversos equipamentos. Contamos, hoje, com UTIs neonatais e UTIs para adultos – o que não existia no passado –, criadas porque não havia, e ampliadas consideravelmente nesses 7 anos e meio, praticamente, do governo Jaques Wagner.

Da mesma forma estamos vendo os investimentos feitos nos outros estados.

Portanto, é olhar para trás e dizer que estamos vendo crescer, em 8 anos, as vagas nas escolas públicas federais, nos institutos federais, nas universidades que estão sendo criadas, e a ampliação de vagas no ensino superior para aqueles que nunca tiveram oportunidade. A elite coloca seus filhos para estudar na escola particular quando está no começo, mas vai disputar a vaga na universidade pública federal com aqueles que não têm condições. Não deixam estudar na particular, porque não tem a credibilidade que eles querem.

Portanto essa desigualdade, essa injustiça está acabando nesses 10 anos de governo que estamos vivendo.

A Copa do Mundo no Brasil vai acontecer, sim. O que não vai acontecer neste País é o 2º turno, porque Dilma, com certeza, será reeleita para dar ao Brasil a oportunidade de continuar crescendo, abrir ainda mais as fronteiras para o País crescer e ampliar ainda mais o que já está sendo feito.

Vamos lutar para isso, porque este é o Brasil da inclusão, este é o Brasil da dignidade, este é o Brasil do respeito às minorias, este é o Brasil que respeita as mulheres, que respeita os idosos, respeita todas as suas minorias. Este é o Brasil que tem buscado efetivar políticas públicas essenciais para transformar os fatos em atos e, com certeza, em atitudes concretas para transformar a realidade que vivemos.

Portanto, este Brasil que amamos, este Brasil que desejamos, é o Brasil que queremos ver dar certo na Copa do Mundo, dar certo com as Olimpíadas em 2016. Nós vamos ter dividendos, vamos ter o fortalecimento da economia, como já estamos vendo.

Quero dizer a todos que são contra a Copa do Mundo que não jogam contra a Copa do Mundo, jogam contra o seu desenvolvimento, o desenvolvimento do Brasil, jogam contra o povo brasileiro.

Quantos empregos gerou a construção da Fonte Nova aqui, na Bahia? Quanto está movimentando a economia? Quantos empregos estão sendo gerados, agora, com as novas avenidas criadas pelo governo?

Está dando certo a parceria do prefeito ACM Neto com o governador Jaques Wagner. É preciso deixar as diferenças políticas de lado. A política tem sua hora de acontecer. É na disputa eleitoral que cada projeto será colocado, será disputado e será, no tempo necessário, escolhido pelo eleitor.

Mas agora estamos vendo, do ano passado para cá, aquilo que o governador sempre quis fazer e fez em todo o interior da Bahia. Como sou uma pessoa que veio

do interior, sou prova de que muitas cidades saíram do isolamento e do que está sendo construído pelo governo do Estado e pelo governo federal.

As avenidas, os viadutos e os investimentos para receber a Copa do Mundo são grandiosos e movimentam a economia do Estado. Não é à toa que estamos crescendo em índice de geração de emprego com qualidade de vida para as pessoas.

Portanto, queremos repudiar completamente aqueles que, com certeza, pensam que estão jogando contra o governo federal quando querem deturpar atacando a realização da Copa do Mundo. Pensam que jogam contra o governo federal quando depredam o patrimônio público e atingem aqueles que mais precisam. Por que é que não enfrentam os poderosos da FIFA, lá nas suas casas em Genebra, na Suíça?

Não têm coragem para isso. Não têm coragem! Junta-se meia dúzia de derrotados pelo poder democrático do voto, pelas sucessivas derrotas que a direita tem tido nas eleições, para se valer desse artifício e criar esse clima de pseudoinstabilidade dentro deste País. Mas este País está certo e, com certeza, fará um grande evento este ano. Com certeza, a Copa do Mundo será a realização e o apogeu de todos nós que gostamos de ver um bom futebol. Acontecerá como todos nós desejamos.

Este é um Estado que tem um grande número de torcedores: uns torcem para o Bahia; outros, para o Vitória. Eu, particularmente, torço para o Bahia, que é a maior torcida, sem dúvida nenhuma, deste Estado. Queremos ver todos os brasileiros indo em paz para os estádios assistir à Copa do Mundo, e não com risco de briga, de agressão, de ter a sua vida e a da sua família em risco simplesmente por causa de um processo eleitoral que acontece este ano.

Portanto, essa hipocrisia, essa mentira com esses Black Bocks, aqueles que se armam e usam uma máscara no rosto para tampar os interesse políticos que existem. Mas acabam, com certeza, dando tiro no pé. Querem apenas o mal do Brasil, do seu desenvolvimento e do povo brasileiro. E não estão pensando nisso, estão pensando apenas no processo eleitoral que acontecerá no tempo certo. Cada projeto será colocado em avaliação para ser analisado pela população brasileira.

E eu não tenho absolutamente nenhuma dúvida de que a Copa do Brasil acontecerá. Da mesma forma que não haverá, aqui no Brasil, segundo turno. Dilma, com certeza, será reeleita presidente, e nós vamos provar que este País, que elegeu um operário com toda a sua capacidade, também dirá que uma mulher honrou o cargo e mostrou que é possível, sim, transformar este Brasil para fazer a diferença que todos nós precisamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr^a Presidenta, o nobre deputado Gaban falará por todo o tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Minha cara presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, pelos menos terminamos aí... A única Assembleia do Brasil que está trabalhando é a da Bahia, mas terminamos já no final do mês esta legislatura. Quer dizer, o penúltimo período desta legislatura, com acordo, como deve ser um Parlamento, após inúmeras divergências, um vaivém danado, tentaram coibir o direito da Oposição se manifestar, voltaram atrás. Faz parte do Parlamento. O importante é que chegamos, meu caro deputado Euclides. Não como o ideal, mas voltamos a ter o entendimento, que é o que deve prevalecer.

Fui convidado há pouco pela minha querida amiga deputada Maria del Carmen e participei de uma reunião com o pessoal da CUT. E lá diziam... As coisas são interessantes, quando se está no governo e quando se está na Oposição. Às vezes, a forma de se manifestar é que é diferente, mas muitas vezes o objetivo de todos nós é o mesmo.

É nesse sentido que gostaria de lembrar aos Srs. Parlamentares que estamos, meu caro Adolfo, já no final desse penúltimo período de legislatura, e a lei 6.677 determina que o aumento do servidor público do Estado da Bahia, ativos e inativos, deve ocorrer a partir do dia 1º de janeiro de cada ano. Terminamos o mês de janeiro e, até o momento, o governo do Estado sequer se manifestou a respeito do envio da matéria.

Passado recente não recomenda o silêncio dos sindicatos até agora. No ano passado, sob alegação, que era verdadeira, de que o Estado da Bahia estava num caos financeiro, fruto da incompetência do ex-secretário Carlos Martins que, desde 2008, sempre gastou muito mais do que arrecadava. E não tinha outra alternativa.

Chegou a ir, minha cara deputada, sem dinheiro nenhum para votar no reduto de Camaçari. Minha cara deputada, não saía, me provocou e saiu. Aqueles compromissos que V.Ex^a assumiu em Camaçari, que o governador Wagner assumiu em Camaçari, não cumpriu nenhum e não vai cumprir, porque o governo do Estado perdeu o poder de investimento.

Mas temos de lembrar, todavia, que mesmo com o custeio altíssimo, o governo perde mais uma vez a oportunidade de corrigir a falha que teve no início da sua administração, quando encontrou vinte secretarias e, para abrigar a classe política adesista, deu uma secretaria para cada um. Aumentou o custeio assustadoramente, por isso está esse rombo nas contas do governo.

Poderia ter aproveitado a oportunidade agora; vários secretários saíram de suas pastas para concorrer a mandatos, tanto deputado estadual como federal. O governo poderia aproveitar este momento para diminuir as secretarias, pois aumentou de 20 para 31 e nenhum benefício trouxe para a população. Aliás, um enorme prejuízo. O ano passado se encerrou com apenas 8% dos recursos aprovados por esta Casa para investimento, porque está quebrado. Mas volta, insistindo eu, leiloando publicamente os cargos para cada partido que quiser aderir ao seu candidato, aliás, candidato totalmente desconhecido. Não tem o apoio nem aqui da maioria dos deputados da

base do governo, imagina da população. Mas ele tenta, mais uma vez, lotear os cargos.

Mas quem não pode pagar o pato é o servidor público no momento em que aponta uma pesquisa nacional como sendo Salvador a capital do país que teve o maior aumento da cesta básica, beirando o nível de 16%; 15, 96%, para ser mais preciso.

Estamos com inflação já na casa dos 6%. Estamos no mês de janeiro, que é o mês que tem que pagar IPTU, tem que pagar IPVA, aqueles que têm filho na escola têm que pagar o material escolar, e a maioria dos servidores públicos têm, e o governo não respeita uma lei em vigor em nosso Estado, a 6.677, que determina 1º de janeiro como a data do reajuste.

Não podem os sindicatos, apenas por um simples alinhamento político com o governo Wagner, esquecer a sua responsabilidade para com o servidor público. Eles foram eleitos para defender as categorias diversas que os elegeram, mas não para continuarem em alinhamento político, esquecendo a data-base do servidor.

Tenho que lembrar que a arrecadação do ICMS, de 2012 para 2013, cresceu no Estado da Bahia R\$2 bilhões, 268 milhões, dinheiro mais do que suficiente para que o governo, agora, recupere as perdas de 2012, porque naquele ano só veio a dar o reajuste a partir de julho de 2013. Deu esse reajuste parcelado em duas vezes e, mesmo assim, não recuperou sequer o índice inflacionário. Os servidores ficaram prejudicados.

Agora, essa arrecadação, somente do ICMS, beirando a casa dos R\$ 2.268.000.000,00, é mais do que suficiente para o governo recuperar as perdas de 2012 e dar todo o ganho necessário para 2013, mas, até agora, nada enviou. Se quiser mais pretexto, tem aí o Refis que arrecadou R\$ 870.000.000,00, graças à competência dos auditores fiscais da Secretaria da Fazenda. O Fundo de Participação dos Estados também teve um acréscimo de 2012 para 2013. Então, o governo, agora, não tem desculpa; ele só não fez o dever de casa, ou seja, diminuir o seu custeio, reduzindo o número de secretarias, mas o incremento na receita está aí.

O governo só não dá a compensação das perdas salariais para os funcionários públicos, se ele não quiser. Está aí. Se quiser empregar bem o dinheiro, utilize parte dos R\$ 2.268.000.000,00 para recuperar as perdas dos servidores públicos e o restante desse dinheiro para fazer os investimentos em infraestrutura que não fez no ano de 2013, tendo em vista que só executou 8% dos recursos previstos no investimento.

Se o governador quiser terminar o seu mandato com dignidade maior perante os funcionários públicos deverá cumprir o outro compromisso que não honrou, desde o primeiro ano do seu mandato, que é o pagamento da URV. Nada acontece por acaso. A gente vê a mobilização da Polícia Militar, inconformada de ver que, ano que passou, ano que vem, o governo Wagner não tem uma política de valorização da Polícia Militar do nosso Estado. Vemos o crime organizado, cada vez mais melhor armado e com técnicas de espionagem. Inverteu! Eles que recebem a informação de onde vai haver blitz de polícia; eles que recebem a informação detalhada do dia em

que a polícia vai nas bocas de fumo. O governo não tem, sequer, armamento adequado. A maior parte da Polícia Militar da Bahia que tem armamento compra do seu próprio bolso, mas é lógico que não tem condições de comprar o armamento na mesma proporção que o crime organizado tem comprado.

Então, meu caro presidente Marcelo Nilo, está na hora de o governo aproveitar, já que não cumpriu o compromisso com a Polícia Militar e com o servidores de uma maneira geral – não dá salário digno, não dá o armamento, não dá colete à prova de balas –, pelo menos, para cumprir com um dos compromissos assumidos: o pagamento da URV.

Em setembro, agora, já tivemos uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal do nosso país que determinou o pagamento da URV. Para que protelar? Para que empurrar? Resolva! Ao invés de jogar para os apadrinhamentos políticos que aderiram ao ser governo, dando uma Secretaria para cada um, pague a URV com os R\$ 870.000.000,00 que foram arrecadados. Há ainda o Fundo de Participação dos Estados que o governo pode utilizar também. Se não quiser tapar o buraco da Fonte 00, faça as obras que a Bahia precisa e cumpra os compromissos que ele assumiu, mas não tem cumprido.

Nesse sentido, terminamos... Repito, esta é a única Assembleia do país que ainda está trabalhando. Estamos, aqui, de uma maneira digna! É lógico que está aqui quem quer, ninguém nos obrigou a sermos parlamentares, mas cumprimos com a nossa obrigação e todos os deputados participaram das votações neste mês. Termina, Bruno Reis, satisfeito com o término desta legislatura, em termos de Poder Legislativo do Estado da Bahia. Temos a emenda impositiva, que não é o que queremos, mas inicia o fortalecimento do Poder Legislativo.

Sairia mais satisfeito, se tivesse chegado a mensagem do governador, recuperando as perdas de 2012 e de 2013 e cumprindo o que determina a Lei 6.677/94, ou seja, dando o reajuste dos servidores públicos, a partir do dia 1º de janeiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Partido dos Trabalhadores para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Euclides Fernandes e por 6 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 6s minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, há várias sessões temos a presença de trabalhadores nesta Casa de leis em busca da aprovação do projeto denominado Lei Anticalote, em discussão e votação nesta Casa.

Sr. Presidente, peço a V.Ex^a e aos Líderes da Maioria e Minoria que dispensem as formalidades e coloquem em pauta, nesta sessão ou numa sessão extraordinária, ainda hoje, a discussão e votação desse projeto, muito justo para os trabalhadores, proposto pela nobre deputada Maria del Carmen.

É um projeto muito importante, Sr. Presidente, que assegura os direitos dos trabalhadores – consagrados e inseridos na CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho – que não são obedecidos nem respeitados pelas empresas, pessoas jurídicas que contratam mão de obra e burlam os direitos dos trabalhadores. Às vezes, essas empresas desaparecem, e aquelas que não desaparecem não pagam aos trabalhadores o 13º salário, o aviso prévio, enfim, não pagam o que é de direito assegurado – o direito objetivo pátrio – na CLT. Rescisão contratual? Não há uma obediência ao que determina a lei, ou seja, uma indenização necessária. Esse projeto de lei, se aprovado, torna o Estado responsável pelos direitos trabalhistas daqueles que prestam serviços através de uma empresa de intermediação de mão de obra.

Consequentemente, Sr. Presidente, esta Casa peca ao não agilizar a votação desse projeto de lei que assegurará ao trabalhador que presta serviços através de uma empresa terceirizada o recebimento daquilo que lhe é devido. Ao mesmo tempo, obriga que a empresa que o contratou cumpra com as obrigações trabalhistas previstas na CLT, as determinações previstas em lei. Pagar aquilo que é devido é um direito objetivo assegurado por esse conjunto de normas trabalhistas que é a CLT.

É importante, Sr. Presidente, que esta Casa vote esse projeto, que dê condições ao trabalhador de uma empresa de terceirização de mão de obra, e que vai prestar seus serviços, tenha respeitados os direitos inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Então, Sr. Presidente, gostaríamos de ver esse projeto em pauta hoje.

Peço às lideranças da Maioria e da Minoria para ajudarem, facilitando, com a dispensa de formalidades, para que esse projeto entre em pauta, seja votado e aprovado hoje por esta Casa de Leis, transformando-o em lei, obrigando o Estado, quando contratar com uma empresa de terceirização de mão de obra, a assegurar os recursos financeiros para que as empresas, ao fazerem a rescisão contratual, resolvam o seu problema com o setor trabalhista.

Então, Sr. Presidente, esse é o nosso apelo, um apelo justo: que seja colocada em pauta o projeto de lei anticalote já, para conseguirmos assegurar ao trabalhador o direito inserido na sua carta magna, que é a Consolidação das Leis Trabalhistas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, presentes em nossa Galeria, aqui estamos, no final de janeiro, depois de um ano de 2013 extremamente denso de ações, realizações e muitas disputas políticas neste Parlamento, de muitos debates, muitas mobilizações no Brasil.

Aqui estamos, deputados da Situação e da Oposição, ainda debatendo alguns temas de interesse da nossa população, sobretudo os deputados da Bancada do governo, liderada pelo nobre amigo Zé Neto, para votarmos ainda nesta noite o importante projeto do Orçamento do Estado.

Trata-se de um orçamento responsável, dentro das condições econômicas

atuais do Estado da Bahia. É um orçamento que visa manter as atividades essenciais do Estado, garantindo investimentos. Muito ao contrário do que alguns deputados da Oposição querem fazer transparecer, que o governador Jaques Wagner estaria desativando investimentos. Não, o governador continua investindo na zona rural, na zona urbana, sobretudo em Salvador.

Os deputados da Oposição, aqueles que estão vinculados ao governo de Salvador, deveriam estar rezando, acendendo vela todos os dias, agradecendo à presidenta Dilma e ao governador Jaques Wagner pela capacidade que eles tiveram, de forma democrática, de conseguir tantos investimentos para Salvador, que, infelizmente, é uma das capitais com menor estrutura humana e social. Aqui não há hospital, mobilidade urbana, não há praticamente nada.

Historicamente, infelizmente, Salvador foi abandonada, ao contrário de muitas cidades administradas por nosso partido, pelo Partido dos Trabalhadores, e pelos partidos da Base, que, realmente, têm-se esforçado para implantar um novo modelo de desenvolvimento social. Mas Wagner, de forma democrática, agora apoiando uma série de obras para a capital, vai fazer uma revolução nesta cidade. E é a presidenta Dilma e o governador Wagner...

Claro que o prefeito também tem seu mérito, ninguém está, aqui, desfazendo dele. Nós não fazemos política de acusação pessoal e trabalhamos com a capacidade política.

E, nesta linha, Sr. Presidente, a fim de coroar o ano de 2013, para mim e para muitos deputados, não são novidades que recesso e férias são coisas de papel. Nós temos representação popular entre terça-feira, quarta-feira e quinta-feira e a outra segunda, quando voltarmos, estaremos nas zonas do interior nos reunindo com os companheiros e discutindo alternativas para a Bahia.

E, para coroar esta sessão de hoje, é necessário aprovarmos o Orçamento.

Porém, antes disso, é necessário aprovar o Projeto de Lei Anticalote (palmas) de autoria de nossa companheira Maria del Carmem, pois este problema já está, hoje, em vários municípios. Deputada Maria del Carmem, V.Ex^a está de parabéns assim como os companheiros de nosso partido como o relator e deputado Mário Negromonte Júnior.

Mas a senhora teve a capacidade de fazer tal projeto. Nós já fomos gestores. Eu já fui prefeito de Vitória da Conquista. Sei que o diabo das empreiteiras não pagam. E as ações vêm, Joseildo, prefeito de Alagoinhas, melhor, as ações vêm bater à porta da prefeitura, porque, quando a gente contrata uma obra, somos corresponsáveis, também, por tudo o que acontece. Então esta é uma lei que já pegou e vai-se espalhar por toda a Bahia.

Da mesma forma, é importante aprovar a constituição do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Digo isso com todo o respeito a alguns companheiros que pensam diferente. Mas este conselho é uma iniciativa do governador Jaques Wagner. E o intuito desse conselho é para dar transparência e é para fortalecer as estruturas que mudam o comportamento social.

Temos, também, uma experiência. E eu não falo, aqui, no sentido de qualquer arrogância. Mas, lá, em Vitória da Conquista, os anterior e atual vice-prefeitos são evangélicos. E nós temos, lá, uma série de políticas. Vejam, trata-se, aqui, do poder, ou seja, modificar relações terríveis que vigoram na sociedade na área do Direito.

E o papel principal do legislador é criar normas para ajudar à sociedade a se organizar melhor. Por isso, a aprovação desse conselho é fundamental, também, para darmos uma estrutura democrática de ampliação dos espaços e do debate sobre os destinos coletivos.

E, finalmente, também, gostaria de reatar, aqui, o nosso compromisso com os defensores públicos da Bahia e do Brasil. Quem me conhece sabe que não falo aqui para agradar não! Vejam, lá, em Vitória da Conquista, também, temos uma excelente parceria e ajudamos a construir importantes políticas com os defensores públicos.

Em todos os programas da prefeitura, temos as presenças das Dr^a Marta e Dr^a Josefina. São lideranças importantes que constroem, naquela cidade, um novo momento entre a relação do Poder Executivo com as diversas estruturas do Poder Judiciário e de todos aqueles que cooperam com o Direito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Por isso, Sr. Presidente, vamos concluir esta tarde/noite o ano legislativo de 2013 com um grande exemplo ao dizer que a Bancada do Governo e a Bancada do PT estão aqui para ajudar a construir uma Bahia mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Srs. Deputados, por um equívoco do relator, era para votar 0,33% e colocou-se 0,6% do Orçamento. Isso foi um equívoco da assessoria. Nós não promulgamos a PEC 132/2013. Conversamos diversas vezes com os deputados Elmar e Zé Neto. Chegamos a um acordo, qual seja, eu só posso fazer a seguinte proposta por decisão do Plenário, ou seja, lermos outro relatório. Só posso fazer isso entre acordo das Lideranças que representam todos os 63 parlamentares.

Gostaria de convidar o deputado Elmar Nascimento ou se o deputado Gaban estiver por dentro do assunto. Como V.Ex^{as} sabem, nós não aprovamos a PEC. E, por equívoco do relator, ao invés de se colocar 0,33%, colocou-se 0,6% da cota do Orçamento para cada parlamentar. Fruto disso e tendo em vista o acordo de Lideranças, passa a ser 1,2 milhão. Mas o equívoco da assessoria do relator colocou 0.6% do Orçamento.

Repito, nós não promulgamos a PEC. Conversamos, ontem, por diversas vezes, com os deputados Elmar e Zé Neto. Chegamos a um acordo político de que eu só posso fazer se tiver a concordância com a base da Oposição e com a base da Maioria. Nós poderemos colocar o relator Fabrício Falcão para ler o novo relatório a fim de

votarmos novamente.

Repito mais uma vez, só posso fazer isso... É idêntico ao caso da mudança do Regimento Interno. Nós só poderemos arquivar havendo acordo na Casa, tendo em vista que não tínhamos ainda promulgado a emenda que modificava o nosso RI.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, nós da Oposição tínhamos uma posição mais ou menos definida sobre este assunto. Primeiro, com relação a R\$ 1,2 milhão, acordo feito, selado da forma que V.Ex^a já deve ter dito: R\$ 600 mil na área da Saúde, R\$ 300 mil na da Educação e R\$ 300 mil livres. Tivemos uma reunião, e fui designado pela Oposição para participar com técnicos da Secretaria do Planejamento, juntamente com Paulo Câmara e o deputado Zé Neto. Arrumamos a fórmula de ser feito dando garantia aos Srs. Parlamentares e transparência também na utilização desses recursos. Então a fórmula foi adotada.

Posteriormente verificou-se que houve um equívoco no percentual que nós da Oposição sempre defendemos. Primeiro, a redação não foi nossa, e sim do governo. Defendemos que R\$ 1,2 milhão deveria ser respeitado porque foi acordo. E, volto a dizer, não se discute mais o Orçamento. A nossa posição seria de que para o Orçamento deste ano de 2014 prevaleceria o acordo de R\$ 1,2 milhão, e se deixaria o percentual na metade do que está previsto para se votar no Congresso Nacional e naturalmente em todas as outras Assembleias do País - deverá ser 1.2% -, para que prevalecesse aqui o que foi acordado inicialmente, ou seja, 0.6%.

Concordo com a maneira que daria um recurso maior para ser investido, mas ninguém apresentaria um valor a mais que R\$ 1,2 milhão. E assim foi feito.

Hoje tivemos uma nova reunião na Liderança. O Líder Elmar, depois de uma conversa com V.Ex^a, o deputado Zé Neto e técnicos do governo - parece que também o chefe da Casa Civil -, disse que dispensou formalidades para que essa PEC seja votada novamente com a redação reduzindo para 0.3%.

É lógico que é uma decisão do Líder da Oposição. Ele comunicou e não vai voltar atrás. Está tomada a decisão. Nós respeitamos mesmo discordando da forma, pois achamos que deveria permanecer o anteriormente acordado, já que foi aprovado por 3/5 deste Legislativo. Mas o Líder Elmar merece todo o apoio. E se ele assim decidiu, resolveu por unanimidade acatar, então a única ressalva que ficou - e o deputado Zé Neto sabe que ficou - nesse acordo foi a de que o quórum de 38 Srs. Parlamentares será dado pela base do governo.

Nesse sentido, para ajudar, nós já conversamos com o Líder da Maioria e vamos votar inicialmente os Títulos que houver. Depois votaremos projetos oriundos de deputados que não tiverem nenhum ato de inconstitucionalidade, começando pelo do Anticalote, que já era um compromisso assumido no primeiro turno. E após isso vamos votar a PEC para ver se dá tempo de chegarem os 38 parlamentares.

É mais ou menos, meu caro presidente, como V.Ex^a determinou sob a justificativa de que o pensamento nosso era outro, mas a decisão tomada pelo Líder foi acatada pela unanimidade da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar

Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Para endossar o que o deputado Gaban falou, acrescento o seguinte: acertei com o Líder do governo, pois tem para ser votado um monte de projetos da iniciativa dos deputados, que nós vamos votando até chegarem todos eles. O penúltimo projeto será a PEC, e depois o Orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos fazer logo a PEC para ficarmos tranquilos. Faremos logo a PEC 132/2013.

Vamos fazer um pedido de verificação de quórum Sr. Presidente, porque eu acho que não tem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então está certo. Srs. Deputados...

Vou colocar o deputado Fabrício Falcão para relatar a matéria novamente. Só estou fazendo isso por acordo das Lideranças partidárias, ou seja, os 63 Srs. Deputados concordam que seja feito um novo relatório.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão para relatar a matéria.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de ler o parecer, quero dizer que desde o mês de outubro estamos a debater nesta Casa o Orçamento Impositivo. Esse tema já foi discutido em Brasília com o objetivo de que as emendas parlamentares de deputados federais fossem colocadas como parte da peça orçamentária do País, de forma que o Executivo federal cubra um valor determinado no Orçamento da União para que fosse cumprido, como peça de lei, um valor determinado, que hoje dá mais ou menos R\$ 15 milhões para cada deputado e senador da República. Isso significou, mais ou menos, 1% do Orçamento do ano anterior da receita da União.

Aqui nesta Assembleia, debatemos e chegamos a um valor, que também seria 1% do valor do Orçamento. A partir de um acordo de Lideranças – o Líder Elmar Nascimento e a sua Bancada; o Líder da minha Bancada, deputado Zé neto – e a partir também de um acordo com a proposta do deputado Euclides Fernandes, chegaríamos a um valor em emendas ao Orçamento para ser apresentado pelos deputados.

Feito isso, na última semana colocamos e acertamos um valor. Na verdade, o valor sugerido na minha emenda, como relator, foi de 0,33% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, para ser aprovado aqui por esta Casa.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Fiz um debate, fiz um acordo, tivemos uma reunião com os deputados Elmar e Zé Neto, definindo que seria o valor acertado com o governador. Nesse aspecto colocamos isso. Então, baseado naquilo que foi discutido e acordado, irei ler a emenda.

(Lê) “Art. 160 -.....

§ 10º – *É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em Lei Orçamentária por emendas individuais...*” – dos Srs. Deputados – “(...) em montante correspondente a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, realizada no exercício anterior.

Justificativa

A apresentação desta alteração busca adequar o percentual anteriormente proposto às novas projeções orçamentárias do Estado da Bahia, calcadas no cenário econômico nacional.”

Sr. Presidente, este é o meu relatório, esta é a minha proposta de emenda a esta nobre iniciativa, a emenda constitucional nº 132/2013, do nobre deputado Euclides Fernandes, do PDT, que lidera o meu Bloco, que é o Bloco PDT/PCdoB desta Casa.

Sendo assim, justifico esse valor de modo a ser a quantia destinada aos Srs. Deputados a partir desta legislatura.

Sr. Presidente, esta é a minha posição final.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões...

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 132/2013

**ALTERA OS ARTS. 159 E 160 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, TORNANDO
OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA,
no uso de atribuição prevista no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º – O art. 159 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido do §10:

Art. 159.

§ 10. A previsão de receita e a fixação da despesa no projeto e na lei orçamentária devem refletir com fidedignidade a conjuntura econômica e a política fiscal. (NR)

Art. 2º O art. 160 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido dos §§ 9º, 10, 11, 12, 13 e 14:

Art. 160.

§ 9º. As emendas individuais propostas pelos deputados ao projeto de lei orçamentária serão:

I – aprovadas no limite de um por cento da receita corrente líquida prevista no projeto; e

II – divulgadas em audiências públicas pelos municípios beneficiados.

§ 10. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em Lei Orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) da Receita Corrente Líquida, realizada no exercício anterior.

§ 11. No caso de impedimento de ordem técnica ou legal na execução de crédito que integre a programação prevista no § 10 deste artigo:

I - até 30 de junho, os Poderes e o Ministério Público Estadual publicarão as justificativas do impedimento;

II - até 30 de setembro, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei de crédito adicional à Assembleia Legislativa para remanejamento ou cancelamento da programação cujo impedimento não tiver sido superado;

III - até 20 de novembro, não havendo deliberação da comissão permanente prevista art. 160, § 1º, o projeto será considerado rejeitado.

§ 12. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no art. 160, § 10, poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

§ 13. Para fins do disposto no § 10 deste artigo, a execução da programação será:

I – demonstrada no relatório de que trata o art. 159, § 3º;

II – objeto de manifestação específica no parecer previsto no art. 91, I; e

III – fiscalizada e avaliada quanto aos resultados obtidos.

§ 14. Considera-se obrigatória, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, a transferência do Estado aos Municípios para execução de programação prevista no 10 deste artigo. (NR)

Sala das Sessões, em 02 de Setembro de 2013

DEP. EUCLIDES FERNANDES/PDT

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Verificação de quórum?

Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Deputado Euclides, o que V.Ex^a quer?... Fale no microfone. Como?

Deputado Gaban, posso, por acordo, retirar e deixar para o final?

O Sr. Gaban:- Presidente, o que foi acertado entre os Líderes do governo e da Oposição era isso. Inverte a pauta...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, desculpe, mas fizeram

acordo sem me consultar.

O Sr. Gaban:- Então vamos retirar e votar depois, concordo. Era o acordado, perfeito. Assunto morto, vota-se depois, porque agora não vai ter quórum. Fechado, presidente, vota-se depois.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a aceita?

O Sr. Gaban:- Concorde, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já está como lido, vamos deixar para o fim, porque fizeram sem me comunicar.

O Sr. Gaban:- Valeu, presidente, esqueceram de comunicar a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos para o próximo projeto, o Anticalote.

O Sr. Euclides Fernandes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Fale no microfone, deputado, por favor.

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a colocou em discussão o parecer, porque foi lido o parecer pelo deputado Fabrício Falcão. Eu sou membro da Comissão de Justiça, então estou pedindo a V.Ex^a para usar a palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, os líderes me pediram, tendo em vista que não tem quórum agora, para deixar para posterior. Achei o pleito justo, porque não tem quórum. Se colocarmos agora, não vai ter quórum, deputado. Então o deputado Gaban foi correto. O deputado Gaban com o deputado Zé Neto propuseram que deixássemos para depois. Não tem quórum agora, V.Ex^a discute depois.

O Sr. Euclides Fernandes:- Está certo, se V.Ex^a garante, quando colocar em discussão o parecer da Comissão de Justiça, assegurar a nossa palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com certeza, deputado Euclides Fernandes.

Srs. Deputados, vamos prorrogar a sessão pelo tempo de 800 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

Deputados, consulto os líderes se podemos colocar logo o Anticalote em primeiro turno.

Deputado Gaban, posso colocar o Anticalote em primeiro turno agora?

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, só para não fugir do acordo, o que ficou acordado foi o seguinte: o que tiver de comendas, título de cidadão, medalhas, primeiro; depois vai para projetos de deputados. O primeiro projeto de deputado será o do Anticalote, foi acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Foi feito o acordo, então vamos...

Srs. Deputados, se os deputados conseguirem as assinaturas dos deputados Elmar Nascimento e Zé Neto dispensando formalidades, eu coloco para votar qualquer projeto, título de cidadão, projeto de deputado, qualquer projeto tendo a dispensa de formalidades.

Srs. Deputados para que eu possa colocar o projeto em votação tem que ter as assinaturas dos deputados Elmar e Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O primeiro projeto de resolução nº 2.232/2013 é o da minha querida amiga, deputada Ivana Bastos, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Carlos Mathias Aloysius Becker Neto, diretor-presidente da Renova Energia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Para relatar o projeto de resolução nº 2.232/2013, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Carlos Mathias Aloysius Becker Neto, diretor-presidente da Renova Energia.

Sr. Presidente, o projeto é legal, é constitucional. Portanto, está pronto para votação em plenário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Em votação o parecer que acaba de ser proferido. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no plenário o projeto de resolução nº 2.232/13, de autoria da deputada Ivana Bastos, que concede o Título...

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- (...) Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Carlos Mathias Aloysius Becker Neto, diretor-presidente da Renova Energia.

Deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, se fechar o acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Em votação o Projeto de Resolução nº 2.232/2013, de autoria da deputada Ivana Bastos, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Carlos Mathias Aloysius.

(O Sr. Deputado Sargento Isidório se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos votar.

Deputado, V.Ex^a discute o seu projeto. Discutir título, vamos abrir um precedente grave. Deputado, V.Ex^a tem até direito, agora se começarmos a discutir título...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Estou querendo discutir agora, porque estou buscando, juntamente com o deputado Zé Neto, Líder do Governo, uma saída pacífica para o projeto que está aí que cria os direitos gays, a farra dos gays.

Então, não queremos empatar nenhuma votação, mas queremos que o Zé Neto, com V.Ex^a também nos ajudando nesse acordo, convença o Sr. Governador do Estado, da mesma maneira que mandou um projeto guardando os direitos dos gays e sua farra, que faça também um projeto no sentido de proteger a família tradicional, respeitando os cristãos evangélicos, os cristãos católicos e os demais segmentos religiosos.

Assim sendo, se o Líder do Governo se comprometer, com V.Ex^a também nos ajudando como nossa testemunha, nós poderemos liberar o nosso pessoal para voltar

para as suas residências. Eu preciso me pronunciar agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Deputado, há vários projetos. Se V.Exª quiser discutir, eu darei, não posso negar. Mas negocie com o deputado Zé Neto, eu lhe prometo que o projeto ao qual V.Exª se refere será o último a ser votado. V.Exª sabe que lhe tenho deferência, dei uma questão de ordem...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- É por isso, para evitar desgaste...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, querido, mas veja bem, se começarmos a discutir projeto de título de cidadão, vai abrir um precedente, não é que seja ilegal. Então prometo a V.Exª que o projeto em foco será o penúltimo a se votar antes do orçamento. Portanto, há tempo para V.Exª negociar.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, no projeto Anticalote, não tenho mais o que falar, até porque precisamos aprovar esse projeto imediatamente, não tem mais discussão (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado,...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Esse é um projeto que já está nesta Casa, não posso querer discuti-lo. O título de cidadão não está aqui o interessado, então ele não vai ficar preocupado com a minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, meu querido amigo Sargento Isidório...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Eu fui profundamente agredido pela deputada Luiza Maia e outros deputados, eu preciso falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, concedo a palavra a V.Exª pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, senhores e senhoras da imprensa, é com muito orgulho que portando o Livro Sagrado, o Livro dos Livros, do qual emanam as leis capazes de orientar, de melhorar a vida do povo do mundo inteiro, Livro escrito, orientado pelo Espírito Santo de Deus. Portanto, quem lê Bíblia tem orientação, tem luz e anda no bom caminho.

Deixo o versículo da Bíblia em que diz que “o meu povo erra por falta de conhecimento da minha palavra”. E, nesta Bíblia, também está escrito que “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.

Gostaria, primeiro, de dizer a V.Exª e, ao mesmo tempo, reafirmar que não temos nada contra as pessoas. Nesta afirmação, englobo nós, evangélicos, católicos e creio que também os cristãos do mundo inteiro. Nós não temos e não queremos nenhum tipo de discriminação racial e, também, não queremos discriminação nas áreas das intimidades sexuais.

Agora, temos o direito de não concordar com as diversas práticas pecaminosas tão punidas pela palavra de Deus e tão orientadas pela palavra de Deus. Desse modo, me contraponho. Tenho certeza de que não só eu como os demais deputados e a Bancada do Governo como os deputados Ubaldino, Sidelvan e Arimatéia.

Vejo, aqui, o presidente estadual do PSC, o mui digno e sempre deputado Eliel

Santana, suplente de senador e o seu filho, o querido vereador Herbert. Vejo, aqui, as lideranças, pastores evangélicos, pessoas católicas e de outras religiões que coadunam com o nosso pensamento de entender que não há necessidade de leis específicas para promover a farra do homossexualismo!

A escolinha do homossexualismo já é, há muito, difundida pelas emissoras de TVs, principalmente a Rede Globo que tem-se transformado em uma escolinha nacional de prostituição quando, a qualquer hora e a qualquer momento, exhibe seus filmes e suas novelas com seus desrespeitos sexuais e com suas violências!

Então, não poderia dar o meu apoio na qualidade de homem de Deus, aqui nesta Casa, representando o segmento que crê na palavra de Deus, que tem suas convicções religiosas e que mantém o seu firme pensamento, o seu firme apoio na família tradicional, na família heterossexual, composta por homens e mulheres. Homem mais mulher é igual a filhos, até porque não existe outro tipo de família não apoiado pelo nosso Deus!

Então, Srs. Deputados, é importante que chamemos a atenção das autoridades para que saibam que não queremos nenhum tipo de violência contra essas pessoas equivocadas, melhor, essas pessoas que ferem o Espírito de Deus.

Mas não poderia deixar de dizer, principalmente à deputada Luiza Maia, que aqui fez o seu pronunciamento um tanto raivoso, aliás, ela e o deputado Bira Corôa, o deputado Bira não, o deputado Marcelino Galo que tentou, também, insinuar que eu estava insinuando violência contra homossexuais.

Gostaria de deixar registrado que moro em alojamentos de recuperação de dependentes químicos junto com a minha família. E, lá, tenho, seguramente, 12 a 13 mulheres que têm orientação sexual de lesbianismo. Temos de 15 a 20 homens no meio de quase 800 que lá estão internados, deputado Bira Corôa; homens que, também, lamentavelmente, têm a sua sexualidade descontrolada, tornando-se inimigos da palavra de Deus, inflamando-se contra outros homens nas práticas condenáveis pela Bíblia Sagrada.

Convivo, pacificamente, com os gays que estão lá se recuperando das drogas e com as lésbicas que chegam lá também mesmo sem nenhuma orientação, mesmo perdendo o sentimento divino de obediência às leis escritas pelo Criador do céu e da terra.

Não tenho, portanto, nenhum espírito de violência. Mas não poderia deixar de exigir porque, de igual modo como o governo, através da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, se preocupa com o grupo gay, o grupo de lésbicas e outros tipos de sexo que não convêm, quero que ele se preocupe também com a nossa juventude, as nossas crianças e os nossos adolescentes, que estão formando suas personalidades e não podem a todo momento ser convocados a deixar o sexo dado por Deus, criado por Deus - macho e fêmea - para aderir a anomalias sexuais que são o próprio homossexualismo.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós da Bancada evangélica e deputados que têm compromissos com a família tradicional, a família dos preceitos bíblicos, dos valores cristãos, evangélicos e católicos, votaremos contra este projeto e

possivelmente não iremos causar tumulto e obstrução.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, me ajude.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, regimentalmente temos direito a 20 minutos. Conheço V.Ex^a e lhe tenho respeito. Sou um liderado respeitoso e sei da sua sensibilidade social. Chegamos aqui com a mesma prerrogativa do voto. O senhor foi eleito com 140 e tantos mil votos e eu, com 47 mil. Mas voto é voto, e a mesma prerrogativa de V.Ex^a tenho eu aqui também neste lugar.

Então, Sr. Presidente, gostaria de deixar explícito que não podemos coadunar de forma nenhuma com a escolinha de prostituição em nossa Nação. É importante que os deputados desta Casa lembrem-se da família, das crianças, dos adolescentes, da juventude. E que não desconstruamos o que Deus criou. É por isso que a nossa Nação, por causa do pecado... E, como diz a Bíblia, o salário do pecado é a morte. E falo aqui de morte espiritual do homem que por causa dos seus pecados tem sido separado do nosso Deus.

Insisto, Sr. Presidente, em cobrar de V.Ex.^a ajuda no sentido de convencer o secretário da Justiça e Direitos Humanos e o governador do Estado a mandar projeto de igual teor para esta Casa, respeitando assim também os demais segmentos cristãos, católicos e evangélicos.

Gostaria de deixar dito que não podemos aceitar o jeito como as coisas estão indo nesta Nação. Pode-se falar mal de Deus, do Papa, dos pastores, das autoridades, mas não se pode falar mal dum homossexual porque se corre o risco de sair preso! Eles estão querendo ser outro ser! Ou então as autoridades, se não prestarem atenção, transformarão a bicharada desta Nação em patrimônio mundial da moral e da ética! V.Ex^{as} correm o sério perigo de trazer sobre nós a ira do Altíssimo, a ira de Deus, que controla os terremotos e os tsunamis. Estamos vendo Estados inteiros sendo assolados por secas e inundações, tudo por causa da pecaminosidade do ser humano.

Portanto gostaria de pedir aos deputados desta Casa, mesmo dentro dos seus direitos votando a favor, porque é um direito de V.Ex^{as}, desse Conselho não se esqueçam de também aconselhar o governo do Estado a mandar um projeto de igual teor que cuide da manutenção da família tradicional, da família heterossexual, que é a combinação do homem e da mulher que gera um filho.

Agradeço ao deputado Carlos Ubaldino que trouxe para aqui também a lembrança do meu discurso que fala: colocados dois homens numa ilha, duas mulheres em outra, alguns dias depois, indo a esses lugares, se estiverem vivos, só estarão eles. Mas, se colocarmos a família de Deus, macho e fêmea, em outra ilha, ao chegar lá tempos depois, haverá de se ver o núcleo, a procriação, um filho. Porque tudo que Deus faz é perfeito. Deus criou o macho e a fêmea. Deus criou o homem para a mulher. A Bíblia diz: deixará o homem pai e mãe, unir-se-á a uma mulher; deixará a mulher pai e mãe, unir-se-á a um homem.

E muitos me perguntarão: o que o senhor diz do delegado de polícia que agora é delegada, deputado? Eu quero dizer que o delegado continuará sempre sendo delegado. O que o senhor diz do delegado que foi castrado e agora quer ser chamada de delgada? Eu quero dizer que abram-se os presídios: nunca chamarei homem de

mulher, nem mulher de homem. Ele pode ter sido castrado, ele pode até fazer isso com o dinheiro do SUS, como estão tentando fazer com o dinheiro público, quando não se tem dinheiro para fazer cirurgia bariátrica, quando não se tem dinheiro para fazer outras correções em pacientes, mas querem gastar dinheiro para castrar homem! Eu quero ver se ele é mulher ou se a vagina, a imitação feita pelos médicos, vai menstruar de 30 em 30 dias. Aí eu direi que eles são inteligentes.

Muito obrigado. (Palmas, muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de solicitar aos companheiros presentes nas Galerias que não gritassem, por favor, porque atrapalha os trabalhos. Faço um apelo: se quiserem bater palmas, tudo bem, mas gritar, não, porque o Regimento não permite.

O Sr. Gaban: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, foi feito um acordo para votarmos hoje uma série de projetos de comendas e títulos de cidadão baiano. Nós temos quórum de mais de 50 deputados, mas até agora só há 37. Pediria que V.Ex^a chamasse os deputados para permanecerem no Plenário a fim de darmos agilidade no processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, pediria aos deputados para virem ao Plenário, haja vista que temos diversos projetos para votar. A votação é através do computador e, estando V.Ex^{as} no Plenário, fica mais fácil e mais ágil.

(O Sr. Presidente nomina os deputados ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado: sim, 38; não, 3; abstenção, 1. Portanto, o projeto foi aprovado o Projeto de Resolução nº 2.232/13. **(Publicado no DL em 15/12/2013)**

Próximo projeto de resolução nº 2.245/14. Existe aqui a dispensa de formalidades assinada pelo Líder da Maioria com assento nesta Casa: “Na forma regimental, venho requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado logo o projeto de resolução de autoria do deputado Gaban, que concede a Comenda Dois de Julho ao presidente do Tribunal de Justiça”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Euclides Fernandes para relatar a matéria... Não quer relatar? Então designo o deputado João Carlos Bacelar. (Pausa.) V.Ex^a é da Comissão de Justiça?

Designo o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Trata-se do projeto de resolução nº 2.245/14, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Eserval Rocha, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, de autoria do nobre deputado Gaban.

O desembargador Eserval Rocha, natural de Xique-Xique, Bahia, é um dos magistrados mais sérios e competentes do Tribunal de Justiça da Bahia. Depois de uma luta árdua, quando disputou algumas eleições objetivando assumir a presidência do TJ, estará tomando posse na próxima segunda-feira como presidente eleito para o

próximo biênio.

Portanto, um homem que honra esta Casa ao receber tal comenda. E por se tratar de uma matéria de natureza legal e constitucional, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário. A votação é secreta. Em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar a presença do nosso querido ex-deputado estadual, suplente de senador da República e presidente do PSC, meu querido amigo Eliel Santana.

Por favor, Srs. Deputados, votem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação. (Pausa.) Encerrada.

Resultado: Sim, 40; Não, três; abstenção, duas. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.245/14. **(Publicado no DL em 29/01/14)**

Próximo. Projeto de Resolução nº 2.103/2011, do deputado Marcelino Galo, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Olívio de Oliveira Dutra, pelo importante papel que tem exercido no estímulo de uma prática política com fundamento na ética.

Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar a matéria, com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Projeto de Resolução nº 2.103/2011, de autoria do deputado Marcelino Galo, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Olívio de Oliveira Dutra, pelo importante papel que tem exercido no estímulo a uma prática política com fundamento na ética e por sua colaboração com a Bahia por sua passagem no Ministério das Cidades.

Sr. Presidente, manifesto a compreensão de que este projeto é legal, é constitucional e tem boa técnica legislativa. Portanto, somos pela aprovação do referido projeto de resolução.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do nobre deputado Joseildo Ramos. Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, agora no Plenário, o Projeto de Resolução nº 2.103/2011, de autoria do deputado Marcelino Galo, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Olívio de Oliveira Dutra.

Em votação. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado:

Aprovado. Sim, 30; Não, 13; Abstenção, 01. **(Publicado no DL em 20/09/11)**

O próximo projeto de resolução 2.247/14 é do deputado Elmar Nascimento que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Nilson Soares Castelo Branco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria da Comenda Dois de Julho para o desembargador Castelo Branco o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, eis o requerimento: *“Exmº Sr. Presidente do Estado da Bahia, os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V.Exª a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado, de logo, o projeto de resolução nº 2.247/14, de autoria do deputado Elmar Nascimento, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Nilson Soares Castelo Branco.”*

Esta proposição é legal, constitucional. Somos por sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado nobre deputado Mário Negromonte. Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Próximo projeto...

Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

Sr. Zé Neto:- Deputada Graça, peço a V.Exª, se possível, como feirense, que assine essa indicação para que pudéssemos encaminhar ao governo a indicação do Capitão Arlindo.

O Estado vai inaugurar nos próximos dias o Conjunto Penal do Município de Feira de Santana, e havia uma figura lá muito conhecida de todos nós, o capitão Arlindo, pessoa que prestou por demais à cidade. E fiz questão de apresentar ao Plenário a indicação para que esse complexo se chamasse Capitão Arlindo. Ele nasceu em Bom Conselho, Pernambuco, mas viveu por muitos anos em Feira de Santana.

Por muitos anos, foi coronel do Exército e teve uma vida na cidade, inclusive, diga-se de passagem, não era nem do nosso grupo político, era do grupo político do deputado Gaban e companhia, mas sempre foi uma figura extremamente querida e um idealizador. Ele fundou a Casa do ex-Combatente de Feira de Santana, tendo iniciado a sua construção em 1969, inaugurando-a em 1973, atualmente é um patrimônio administrado pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

O Capitão Arlindo era um líder combatente. Faleceu em 1997, em Salvador, aos 77 anos. E por todas essas razões eu queria apresentar essa indicação.

Peço a deputada Graça, se possível, como feirense, que assinasse essa indicação para que pudéssemos encaminhar ao governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pronto, deputado. Pois não. Fica registrada a solicitação de V.Ex^a.

Em votação secreta no Plenário o projeto 2.247, de autoria do deputado Elmar Nascimento, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Nilson Soares Castelo Branco.

Em votação. A votação é secreta. (Pausa) Por favor, Srs. Deputados, vamos ser mais rápidos. (Pausa)

Vou encerrar a votação. Resultado: aprovado; 35 sim, 4 não e 2 abstenções.
(Publicado no DL em 29/01/14)

Próximo projeto de resolução 2.111/2011, de autoria do deputado Yulo Oiticica, concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Bispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger.

Designo para relatar a matéria o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR: - Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o projeto de resolução nº 2.111/2011, de autoria do nobre deputado Yulo Oiticica, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Bispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger.

Sala das Comissões, janeiro de 2011.

É constitucional, é legal e opino pela aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Mário Negromonte Júnior. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de resolução nº 2.111, do deputado Yulo Oiticica, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Bispo Primaz do Brasil, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor vamos votar. Srs. Deputados. Vamos ter mais agilidade na votação, por favor.

Vou encerrar a votação. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.111/2011: sim, 36; não, 4; abstenção, 1.**(Publicado no DL em 18/11/11)**

Próximo projeto de resolução 2.244/2014 do deputado Fabrício Falcão, que concede título de cidadão baiano ao empresário Carlos Alberto Daniel Moura Filho.

Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, relatoria do projeto de resolução

nº 2.244/2014, que concede o título de cidadão baiano ao empresário Carlos Alberto Daniel Moura Filho.

O projeto é legal, constitucional e atende à boa técnica legislativa. Portanto, esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator, deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que aprovam no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai para o Plenário.

Em votação no Plenário o projeto de resolução nº 2.244/2014 de autoria do deputado Fabrício Falcão, que concede título de cidadão ao empresário Carlos Alberto Daniel Moura Filho.

Em votação. Srs. Deputados, não vou chamar mais, não. Quando completarem 32, eu vou encerrar. Não é possível, os deputados no Plenário e não votam. Faço um apelo. O projeto é do meu querido amigo, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: 29 votos sim; 8 não e duas abstenções. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.244/2014. **(Publicado no DL em 29/01/14)**

O próximo projeto de resolução 2.228/2013, do deputado Zé Raimundo, concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao empresário baiano Sr. Nailton de Araújo Santos e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Relatoria do projeto de resolução nº 2.228/2013, de autoria do ilustre e nobre deputado Zé Raimundo, de Vitória da Conquista, que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao empresário baiano Sr. Nailton de Araújo Santos e dá outras providências.

O projeto é legal, constitucional e atende à adequação da boa técnica legislativa. Opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de resolução de autoria do deputado Zé Raimundo que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao empresário baiano Sr. Nailton de Araújo Santos e dá outras providências.

Este projeto exige maioria absoluta. Então, vamos deixá-lo por último. Vamos retirar ele. Aqui tem que ter 32 votos “sim”.

Vamos retirar e deixar para quando houver quórum melhor. Tem que ter 32 votos sim. Então, vamos deixar para quando houver um quórum mais... Vamos retirá-lo, momentaneamente, deputado Zé Raimundo, porque tem que ter 32 votos “sim”, e o quórum está muito baixo. Retiramos este projeto e vamos votar o próximo projeto. Ele já foi votado na comissão, depois votaremos no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto de resolução nº 2.231/2013, de autoria da deputada Ivana Bastos, que concede o Título de Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Renato de Amaral Figueiredo, diretor da Renova Energia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Projeto de resolução nº 2.231/2013, de autoria da deputada Ivana Bastos, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao engenheiro Renato de Amaral Figueiredo, diretor da Renova Energia.

O projeto é legal, constitucional e se trata de uma justa e merecida homenagem, Sr. Presidente. Nosso parecer é pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Bruno Reis no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação no Plenário o projeto de resolução nº 2.231/2013, de autoria da deputada Ivana Bastos, que concede o Título de Cidadão Baiano ao engenheiro Renato de Amaral Figueiredo, diretor da Renova Energia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrarei a votação. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.231/2013. Sim, 34; não 6; abstenção, zero. **(Publicado no DL em 15/12/13)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto de resolução 2.118/2011 é da Mesa Diretora, que concede Título Honorífico Cidadão Baiano a Ronaldo Marquês Alcântara.

Designo a minha querida amiga, deputada Maria Luiza Laudano para relatar a matéria.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Projeto de Lei nº 2.118/2011, de procedência da Mesa Diretora, concedendo Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Ronaldo Marquês Alcântara.

Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Ronaldo Marquês Alcântara.

O título será entregue em sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em data a ser estabelecida pela Mesa Diretora.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Revogado às disposições em contrário.

O projeto é constitucional. Por isso, dou como aprovado.

Aprovado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer da nobre deputado Maria Luiza Laudano.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

No Plenário, em votação secreta. Projeto de Resolução nº 2.118/2011, de procedência da Mesa Diretora, concedendo Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Ronaldo Marquês Alcântara.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, enquanto V.Exª aguarda a votação, quero dizer que o título em homenagem ao empresário de Vitória da Conquista, Nailton da Avinor, cidadão muito querido na região, produtor de frango, tem um trabalho social extraordinário com trabalhadores, apoia o esporte e a direção de vários clubes na cidade.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de apelar aos colegas. Esse projeto de resolução é da minha autoria e concede o Título de Benemérito João Mangabeira a Nailton, mais conhecido lá como Nailton da Avinor, cidadão de bem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu só não coloquei para votação porque tem de ter 32 votos sim. Quando o quórum estiver melhor, nós votaremos. O projeto de V.Exª trata de um homem digno que V.Exª apresentou. Inclusive, eu o conheço.

Vou encerrar a votação.

Resultado: aprovado o Projeto de Resolução nº 2.118/2011. Sim, 34; não, 5; abstenção, 1. **(Publicado no DL em 02/12/11)**

Próximo projeto de resolução nº 2.248/2014. Deputado Paulo Azi concede título de Cidadão Baiano ao Dr. João Otávio de Noronha, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Designo para relatar a matéria o meu querido amigo deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Parecer ao projeto de resolução nº 2.248/2014, de autoria do Paulo Dantas Veloso Azi, que concede Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Dr. João Otávio de Noronha, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sr. Presidente, trata-se de matéria legal, constitucional, não havendo nenhum óbice a sua aprovação. É uma justa e merecida homenagem ao ministro João Otávio de Noronha.

O nosso parecer é pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado Bruno Reis.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (pausa)
Aprovado.

No plenário, em votação o projeto de autoria do projeto Paulo Azi, que leva o

nº 2.248, que concede Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Dr. João Otávio de Noronha, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em votação. A votação é secreta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação. Resultado: 36 votos “não” e 7 votos “sim”. Portanto, aprovado o projeto de resolução nº 2.248/2014, do deputado Paulo Azi. **(Publicado no DL em 30/01/14)**

Próximo projeto de resolução nº 2.251/2014. O próximo projeto é de autoria do deputado Ângelo Coronel, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Drª Adriana Silva Nico, juíza federal do trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo a deputada Maria Luiza Laudano para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano.

A Srª MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho, aqui, o projeto. (Lê) “Os Líderes do Bloco da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vem, na forma regimental, requerer a V.Exª a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o projeto de resolução nº 2.251/2014, de autoria do deputado Ângelo Coronel, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Drª Adriana Silva Nico, juíza federal do Trabalho/Bahia.

Sala das Sessões, janeiro de 2014.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissão de Constituição e Justiça, o parecer da nobre deputada Maria Luiza Laudano. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de resolução nº 2.251/2014, de autoria do meu querido amigo, deputado Ângelo Coronel, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Drª Adriana Silva Nico, juíza federal do Trabalho. A votação é secreta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ao resultado da apuração dos votos.

Foram 34 votos sim.

Foram 7 votos não.

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.251/2014 do deputado Ângelo Coronel. **(Publicado no DL em 31/01/14)**

O próximo é o Projeto de Resolução nº 2.249/2014, do deputado Elmar Nascimento, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Sr. Fábio Augusto Ramalho dos Santos, deputado federal do PV de Minas Gerais.

Designo, para relatar a matéria, o deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis para relatar a matéria.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, como designado, relato o (lê) “Parecer ao Projeto de Resolução nº 2.249/2014 que concede o Título Honorífico de Cidadão

Baiano ao Sr. Fábio Augusto Ramalho dos Santos, deputado federal do PV de Minas Gerais, de autoria do nobre deputado Elmar Nascimento.”

O Sr. Fábio Ramalho é um deputado atuante, pois é um nome que exerce uma liderança forte na Câmara dos Deputados, inclusive, cotado para ser, quem sabe?, o futuro presidente daquela Casa. Ele é um deputado trabalhador que muito bem representa o Estado de Minas Gerais no Congresso Nacional e tem muitos serviços de atuação, aqui no Estado da Bahia. Justamente por isso, Sr. Presidente, o Sr. Fábio Ramalho preenche os requisitos para tal homenagem.

Portanto o projeto de resolução é legal e constitucional.

Este projeto conta com a nossa aprovação.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado Bruno Reis.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Plenário.

Lembro, mais uma vez, que a votação é secreta.

(Procede à votação secreta em Plenário.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, acredito que esta Assembleia está desmoralizando a concessão de títulos de cidadão baiano. Está virando brincadeira! Não há mais nenhum critério!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo, completamente, com V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Menezes:- Esta é minha opinião, deputado.

Estão, na maioria das vezes, concedendo títulos de cidadão baiano sem critérios.

Esta é a minha posição que gostaria de deixar registrada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas V.Ex^a só fez duas votações.

O Sr. Adolfo Menezes:- Eu estava assistindo e fiz questão de comparecer, justamente pela falta de critério.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a estava em reunião no gabinete com várias lideranças comunitárias e vários prefeitos. Por isso, V.Ex^a não pôde votar.

Mas, agora, V.Ex^a está presente para votar.

(Continua a proceder à votação secreta em Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: 36 votos Sim; Seis votos Não. Portanto, aprovado o Projeto de Resolução 2.249/2014 . **(Publicado no DL em 30/01/14)**

Próximo projeto de resolução 2.250/2014, de autoria do deputado Elmar

Nascimento, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

Designo para relatar o deputado Bruno Reis.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um instante, deputado. Eu concederei, mas deixe-me designar o relator.

O deputado Bruno Reis está ausente, então, designo para relatar a deputada Maria Luiza Laudano.

Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Peço vista...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixe, primeiro, a deputada relatar, para, depois, V.Ex^a pedir vista.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para relatar, a deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente:

(Lê) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Ex^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução Nº 2.250/2014, de autoria do deputado Elmar Nascimento, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2014

Dep. Zé Neto - Líder da Maioria

Dep. Elmar Nascimento - Líder da Minoria.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados Euclides Fernandes, Elmar Nascimento e Zé Neto, por favor, vou tratar de um assunto importante. Na semana passada, por um equívoco meu, concedi vista aos deputados Sidelvan Nóbrega e Sargento Isidório. Foi um equívoco meu, porque quando existe a dispensa de formalidades pelos Líderes eu não posso conceder vista, pois com a dispensa de formalidades sou obrigado a colocar em votação.

Vou colocar para o Plenário a minha decisão.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, peço uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- São dois pesos e duas medidas. Se V.Ex^a vai colocar para o Plenário, eu retiro o meu pedido de vista. Considero dois pesos e duas medidas.

Quero dizer a V.Ex^a que esses cidadãos estão aí há mais de uma semana, esperando a votação do projeto de lei anticalote. E a Mesa Diretora...

(Manifestações na Galeria.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor. Faço um apelo.

O Sr. Euclides Fernandes:- (...) deu preferência, prioridade, a se votar títulos e honrarias a dezenas, como estamos vendo desfilar aqui, nesta sessão.

V.Ex^a deveria ter sensibilidade para com esses trabalhadores, que estão há mais de uma semana aqui, nesta Casa de Leis, esperando esse projeto ser discutido e votado.

Peço a V.Ex^a: vamos ser solidários a esses trabalhadores e vamos votar agora o projeto de lei anticalote.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Euclides Fernandes, V.Ex^a falou, mas, pelo menos, ouça. O presidente quis votar o Projeto Anticalote, mas houve um acordo dos Líderes para votar primeiro os dos deputados. Então será o primeiro projeto...

O Sr. Euclides Fernandes:- Excelência, me permita...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O senhor falou, e eu ouvi. Faço um apelo. Só estou dizendo a V.Ex^a que eu quis votar o Projeto Anticalote em primeiro lugar, mas os Líderes partidários fizeram um acordo. Então o deferi.

Calma, deputado. Vou colocar agora o do Anticalote. Só falta um projeto, e vou colocá-lo. Só falta um. Agradeço a compreensão deste homem gentil e educado, o meu querido amigo deputado Euclides Fernandes. (Risos!)

Em votação o parecer da relatora, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de resolução nº 2.250/2014, de autoria do deputado Elmar Nascimento, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

Em votação no Plenário.

Srs. Deputados, vamos votar, por favor.

Encerrada a votação. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.250/2014 com 34 sim e 9 não. **(Publicado no DL em 30/01/14)**

Próximo projeto. Esse é do deputado Zé Raimundo. É quórum qualificado.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar dos colegas deputados e deputadas, em função dessa lembrança de V.Ex^a de 32 votos, que este é o quarto título que apresento aqui ao longo destes três anos. É uma pessoa muito querida na cidade de Vitória da Conquista, um empresário apoiador de vários movimentos em prol da região. Ele tem projetos sociais importantíssimos na área dos trabalhadores rurais, além de ser também um empresário bem-sucedido e apoiador dos clubes do esporte...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu aguardarei o suficiente para ter o quórum bom. Já votamos na Comissão. Vamos votar no Plenário.

Em votação no Plenário.

O resultado se dá por maioria absoluta.

Em votação o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Magabeira ao empresário baiano Naildo de Araújo Santos. Ele é empresário de

Vitória da Conquista. Não é isso, deputado Zé Raimundo? Eu o conheço. Sei que é um homem sério, digno e merecedor de toda a aprovação deste projeto.

Agora, fica a critério dos Srs. Deputados.

Em votação.

Repito, o quórum é qualificado.

(Procede-se à votação dos Srs. Deputados em Plenário.)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, eu estou abrindo um precedente, pois nós estamos em processo de votação. Mas como estou aguardando o quórum que é de maioria absoluta, eu concedo a questão de ordem a V.Ex^a, deputado Gaban.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Eu agradeço, Sr. Presidente, a deferência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há, aqui, vários excedentes do concurso feito pela Polícia Militar. Deputado Rosemberg, consideramos o fato de estarmos próximos ao carnaval. Logicamente, este será um carnaval diferenciado por causa da parceria feita pela prefeitura de Salvador com o governo do Estado. Serão, ao menos, 57 ruas que dão acesso ao trajeto. Por isso, haverá de ter a Polícia Militar para fazer a vistoria, a fim de se evitar que as pessoas entrem com arma branca ou com qualquer tipo de arma. E existe a solicitação para agilizar o processo de chamamento, pois, em relação aos concursados, mil e poucos, apenas, foram chamados. Não é isso, Capitão Tadeu?

Eu acho, Sr. Presidente, que este pedido merece o apoio dos 63 Parlamentares, já que reclamamos tanto de segurança, há um concurso em validade, há as pessoas que prestaram o concurso e querem ser chamadas. O momento é oportuno.

Então, solicito, meu caro presidente, com todo prestígio que V.Ex^a tem junto ao governo, que pegue as lideranças da base do governo a fim de atender a essa justa, reivindicação que vai ao encontro do que a sociedade baiana necessita.

Teremos o evento da Copa do Mundo, temos que dar o exemplo para o mundo de como se faz um belíssimo Carnaval, ao que já estamos acostumados, mas também uma belíssima Copa do Mundo, com segurança, não só para nós, baianos, como também para os visitantes que nos honrarem com suas presenças. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado: “Sim”, 33, “não”, 9. Portanto, foi aprovado por maioria absoluta o Projeto de Resolução nº 2.228/2013. **(Publicado no DL em 08/12/13)**

Vamos colocar agora o famoso projeto de lei nº 19.414/2011 da deputada Maria del Carmen, que é o anticalote. (Palmas.)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 19.414/2013

Institui mecanismo de controle do patrimônio público do Estado da Bahia, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os editais de licitação e contratos de serviços terceirizados com previsão de mão de obra residente nas dependências do contratante, no âmbito dos Poderes Públicos do Estado da Bahia, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, observarão as normas desta Lei.

Parágrafo único - Os editais referentes às contratações de empresas para prestação de serviços terceirizados aos órgãos públicos do Estado da Bahia, na forma prevista no *caput*, deverão conter expressamente o disposto no art. 2º desta Lei, bem como disposição sobre a obrigatoriedade de observância de todos os seus termos.

Art. 2º - Deverá ser retido mensalmente do valor faturado pelas empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados o percentual equivalente às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário que será depositado exclusivamente em banco público oficial.

§ 1º - O percentual a incidir sobre o faturamento bruto da empresa será definido através de regulamento.

§ 2º - Os depósitos de que trata o *caput* deste artigo devem ser efetivados em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - no dia do vencimento da fatura, previsto no contrato, aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por autorização do órgão ou entidade contratante.

§ 3º - Serão também retidas mensalmente do valor faturado pelas empresas contratadas parcelas de mesma natureza das elencadas no *caput*, desde que previstas em convenções coletivas, respeitando o percentual limite, na forma do regulamento.

Art. 3º - O edital de licitação e o contrato de serviços terceirizados, deverão prever a obrigação de que a empresa contratada adote as providências para abertura da conta vinculada - bloqueada para movimentação - ficando responsável pelas respectivas taxas bancárias, sendo o órgão ou entidade contratante, responsável pela autorização para movimentar a conta corrente vinculada, na forma do regulamento.

Ar. 4º - Os órgãos contratantes deverão firmar acordo de cooperação com banco público oficial, determinando os termos para abertura da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - na forma do regulamento.

Art. 5º - A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame, será precedida da abertura da conta vinculada - bloqueada para movimentação - pela empresa contratada, com assinatura de autorização para que o órgão ou a entidade contratante tenha acesso aos saldos, extratos e do termo de vinculação da movimentação dos valores depositados à prévia autorização do poder público.

Art. 6º - Os saldos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação previsto no art. 4º desta Lei, sempre escolhido o de maior rentabilidade e que não apresente riscos.

Art. 7º - Os percentuais a serem aplicados para as retenções mensais, serão inseridos nos contratos, devendo ser definido o setor encarregado de autorizar a movimentação da conta vinculada.

Art. 8º - A empresa contratada poderá solicitar autorização do órgão ou entidade competente para efetivação do pagamento dos valores referentes a despesas com indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do contrato, na forma do regulamento.

Art. 9º - Nos casos de determinação judicial para bloqueio de valores a crédito da empresa, o saldo da conta vinculada - bloqueada para movimentação - eventualmente utilizado será recomposto em até 30 (trinta) dias antes do término do contrato.

Art. 10 - O saldo total da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - será liberado à empresa contratada no momento do encerramento do contrato, e após a confirmação do pagamento das rescisões trabalhistas, na hipótese em que ocorrer o desligamento dos empregados.

Parágrafo único - Somente será considerado encerrado o contrato mediante a

comprovação do pagamento de todas as obrigações rescisórias, sociais e previdenciárias relativas ao seus empregados.

Art. 11 - Para assegurar o quanto estabelecido na presente Lei fica assegurado a empresa contratada o direito ao recebimento, dentro do prazo de vencimento, previsto no contrato das faturas mensais pelos serviços executados, com obediência a ordem cronológica dos vencimentos, assim como o direito a receber os reequilíbrios econômicos financeiros do contrato, decorrentes de aumento de remuneração e benefícios gerados pelas convenções, dissídios ou acordos coletivos de trabalho e dos reajustes previstos contratualmente em até 90 (noventa) dias da data da solicitação por parte da contratada.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.

Deputado Mário Negromonte Júnior
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Colocarei em votação, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos, de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, o parecer do deputado Mário Negromonte Júnior. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Quero registrar que são duas votações.

Em votação, em primeiro turno, o projeto da minha querida amiga Maria del Carmen, nº 19.414/11 que institui mecanismo de controle do patrimônio público do Estado da Bahia, dispõe sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos a empresas contratadas para prestarem serviços de forma contínua no âmbito dos poderes públicos do Estado da Bahia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado por unanimidade, em primeiro turno. (Palmas.)

Como é praxe, convocarei uma sessão para 1 minuto após o encerramento desta, para, se os Líderes partidários concordarem, votarmos em segundo turno. Farei o que é de praxe.

O próximo projeto de lei nº 19.493/2011 é do meu querido amigo José de Arimatéia e dispõe sobre a instituição do Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Jr. O projeto leva o número 19.493/11.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, relato o projeto de lei nº 19.493/11, de autoria do deputado José de Arimatéia, que dispõe sobre a instituição do Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Jr.

(Lê) *“A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia decreta:*

Art. 1º - Fica instituído o 'Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Jr.' no âmbito do Estado da Bahia, a ser realizado anualmente no dia 4 de abril.

Art. 2º - A data ora instituída passará a constar no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia e da Assembleia Legislativa.

Art. 3º -

Sr. Presidente, no art. 3º há uma emenda de relator nos seguintes termos:

Altera o art. 3º do projeto de lei nº 19.493/2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Poder Legislativo da Bahia, com a participação de instituições defensoras da erradicação da discriminação racial, como o Instituto Mão Amiga de Ação Social e Cidadania e do Coletivo Martin Luther King Jr./Bahia, entre outras, organizará atividades que despertam a consciência da comunidade em relação à luta pela igualdade de direitos e cidadania.”

Essa emenda de relator, Sr. Presidente, completa o projeto, porque não há inconstitucionalidade. Por fim, rogo pela aprovação dos meus pares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Eu gostaria de que V.Exª fizesse a verificação de quórum no âmbito das comissões, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

É quórum de votação?

Pois não, deputado.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Solicito a V.Exª que seja zerado o painel e concedido o tempo regulamentar, convocando-se todos os deputados para comparecem a este Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª também será atendido.

Marquem 15 minutos no painel.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, solicitei a questão de ordem no

âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Euclides Fernandes:- No âmbito das comissões, para verificar se há quórum, porque vou falar do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Mande marcar 15 minutos, com muito prazer e com muita honra.

Comissão de Constituição e Justiça: deputado Joseildo Ramos, presente; deputado Carlos Geilson, ausente; deputado Bruno Reis, presente; deputado Euclides Fernandes, presente; deputado Luiz Augusto, ausente; deputada Maria Luiza Laudano, presente; deputado Mário Negromonte Júnior, presente. Cinco.

Comissão de Educação: deputado Álvaro Gomes, presente; deputado Bruno Reis, presente; deputado Bira Corôa, presente; deputado Carlos Geilson, presente; deputado Carlos Ubaldino, presente; deputado J. Carlos, presente; deputada Kelly, presente; deputado Rosemberg Pinto, presente. Oito.

Comissão de Direitos Humanos: deputado Temóteo Brito, ausente; deputado Gaban, ausente; deputado Capitão Tadeu, presente; deputado Delegado Deraldo Damasceno, presente; deputado João Bonfim, ausente; deputado João Carlos Bacelar, presente; deputado Marcelino Galo, presente; deputado Yulo Oiticica, ausente. Suplentes: deputado José de Arimatéia, presente. Cinco.

Comissão de Finanças e Orçamento: deputado Adolfo Menezes, ausente; deputado Tom Araújo, ausente; deputado Alan Sanches, ausente; deputado Gaban, ausente; deputado João Bonfim, ausente; deputado Luiz Augusto, ausente; deputado Zé Raimundo, presente. Um.

Suplentes: deputado Bruno Reis, presente; deputado Carlos Ubaldino, presente; deputado Joseildo Ramos, presente; deputado Sidelvan Nóbrega, presente. Cinco. Há quórum.

Deputado Euclides Fernandes, há quórum. O deputado Luiz Augusto chegou agora. São seis.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário o projeto do meu querido amigo deputado José de Arimatéia, que institui o Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Junior. É aberto o voto.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 19.493/2011

Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Jr. e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia Estadual Reverendo Martin Luther King Jr." no âmbito do Estado da Bahia, a ser realizado anualmente no dia 04 de abril.

Art. 2º - A data hora instituída passará a constar no calendário oficial de eventos do Estado da Bahia e da Assembleia Legislativa.

Art. 3º - O Poder Legislativo da Bahia, com a participação de instituições defensoras da erradicação da discriminação racial, como o Instituto Mão Amiga de Ação Social e Cidadania e do coletivo Martin Luther King Jr. - Ba., entre outras, organizará atividades que despertem a consciência da comunidade em relação a luta pela igualdade de direitos e cidadania.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da verba orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2014.

Deputado Bira Corôa
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Aprovado o parecer do nobre relator, em 1º turno.

Próximo projeto. Em votação o projeto do deputado Bruno Reis, Projeto de Lei nº 20.202/2013, que dispõe sobre a forma de entrega de produtos ou de realização de serviços aos consumidores no Estado da Bahia, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.202/2013

Dispõe sobre a forma de entrega de produtos ou de realização de serviços aos consumidores no Estado da Bahia, e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º - Torna obrigatório aos fornecedores de bens e serviços, localizados no ESTADO DA BAHIA, no ato da contratação, estipular data e turno, para realização dos serviços de montagem e entrega de produtos aos consumidores.

§1º - Para efeito desta Lei, entende-se por obrigatoriedade estipulada aos fornecedores de bens e de serviços, a fixação de turnos: manhã, tarde ou noite, em conformidade com os horários abaixo:

I - turno da manhã: compreende o período de 07:00 às 12:00 horas;

II - turno da tarde: compreende o período de 12:00 às 18:00 horas;

III - turno da noite: compreende o período de 18:00 às 22:00 horas.

§2º - Na hipótese de convenção estabelecida entre as partes, em separada e documentada, será possível a contratação e efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou de prestação de serviço, no período compreendido entre 23:00 e 07:00 horas.

Art. 2º - Os fornecedores de bens e prestadores de serviços terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem ao disposto nesta Lei.

Art. 3º - O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará ao fornecedor de bens ou prestador de serviços as seguintes penalidades:

I - além do cliente passar a ter o direito de marcar o novo horário e dia para a entrega, será aplicada uma multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

II - multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em caso de reincidência;

III - suspensão do alvará de funcionamento por trinta dias, em caso de uma segunda reincidência.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2013

Deputado Bruno Reis

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Designo o deputado Carlos Geilson para relatar a matéria.

O Sr. José de Arimatéia: - Qual é o projeto, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o projeto do deputado Bruno Reis, que dispõe sobre a forma de entrega de produtos ou de realização de serviços aos consumidores no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (Lê) *“Projeto de Lei nº 20.202/2013, que Dispõe sobre a forma de entrega de produtos ou de realização de serviços aos consumidores no Estado da Bahia, e dá outras providências.”*

DECRETA:

Art. 1º - Torna obrigatório aos fornecedores de bens e serviços, localizados no ESTADO DA BAHIA, no ato da contratação, estipular data e turno, para realização dos serviços de montagem e entrega de produtos aos consumidores.

§1º - Para efeito desta Lei, entende-se por obrigatoriedade estipulada aos fornecedores de bens e de serviços, a fixação de turnos: manhã, tarde ou noite, em conformidade com os horários abaixo:

I - turno da manhã: compreende o período de 07:00 as 12:00 horas;

II - turno da tarde: compreende o período de 12:00 as 18:00 horas;

III - turno da noite: compreende o período de 18:00 as 22:00 horas.

§2º - Na hipótese de convenção estabelecida entre as partes, em separada e documentada, será possível a contratação e efetivação da entrega de qualquer mercadoria ou de prestação de serviço, no período compreendido entre 23:00 e 07:00 horas.

Art. 2º - Os fornecedores de bens e prestadores de serviços terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem ao disposto nesta Lei.

Art. 3º - A Superintendência de Proteção do Consumidor - PROCON - fiscalizará e aplicará as penalidades previstas nesta lei.

Art. 4º - O descumprimento ao disposto nesta Lei implicará ao fornecedor de

bens ou prestador de serviços as seguintes penalidades:

I - além do cliente passar a ter o direito de marcar o novo horário e dia para a entrega, será aplicada uma multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

II - multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), em caso de reincidência;

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2013.

Bruno Reis, deputado autor do projeto.”

Carlos Geilson, relator.

O projeto é constitucional e é legal, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões o Parecer do nobre deputado Carlos Geilson ao Projeto de Lei nº 20.202/2013, de autoria do deputado Bruno Reis.

Em votação nas Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. Em votação em primeiro turno o Projeto de Lei nº 20.202/2013, de autoria do deputado Bruno Reis, que dispõe sobre a forma de entrega de produtos ou de realização de serviços aos consumidores no Estado da Bahia, e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado por unanimidade no primeiro turno.

Próximo projeto. Em votação o Projeto de Lei nº 20.641/2013, de autoria do deputado Sidelvan Nóbrega, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia o Dia do Obreiro Universal”.

PROJETO DE LEI Nº 20.641/2013

Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia o "Dia do Obreiro Universal".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia o "Dia do Obreiro Universal", a ser celebrado, anualmente, no

terceiro domingo do mês de agosto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013

Deputado Sidelvan Nóbrega

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Projeto de Lei nº 20.641/2013, de autoria do nobre deputado Sidelvan Nóbrega, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia o "Dia do Obreiro Universal".

Trata-se de matéria legal, constitucional e atende a todos os requisitos estabelecidos nas normas e na Legislação Brasileira.

Pela aprovação é o nosso voto, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Em votação o projeto de lei nº 20.641/13, do deputado Sidelvan Nóbrega, que institui e inclui no calendário oficial dos eventos do Estado da Bahia o Dia do Obreiro Universal.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Próximo projeto.

Antes, há um requerimento.

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Ex^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução Nº 2.131/2012, de autoria do Dep. Álvaro Gomes, que concede o título de Cidadão Baiano Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira, post mortem, ao ilmº Sr. Jorge Leal Amado de Faria.”*

Designo o nobre deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos, para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Parecer ao projeto de resolução nº 2.131/2012, de autoria do ilustre deputado Álvaro Gomes, que concede o Título de Cidadão Baiano Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira, post mortem,

ao Ilmo Sr. Jorge Leal Amado de Faria.

O projeto é legal e constitucional, adequado em termos de técnica legislativa, e opino pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, o nobre escritor Jorge Amado é merecedor de todo tipo de homenagem, apenas quero questionar a V.Ex^a se o Regimento permite que esta Casa proceda a uma entrega de medalha post mortem, se isso está previsto no Regimento?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o Regimento não proíbe, e já houve precedente.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, na área pública tem que estar colocado, que estar escrito no Regimento Interno. Não é por que não proíbe que pode ser feito. Na área pública não é assim. É na área privada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, primeiro, que já houve precedente aqui, e se o Regimento permite, ou se não proíbe, não tenho como vetar. Não posso ir de encontro ao Regimento. Inclusive, já houve alguns casos em nossa gestão.

Em votação o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A votação é secreta e é por maioria absoluta.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta em Plenário.)

Encerrada a votação.

Vamos ao resultado da votação.

Foram 31 votos sim.

Foram 11 votos não.

Foi um voto de abstenção.

Infelizmente, foi rejeitado o Projeto de Resolução nº 2.131/2012, que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira, post mortem, a Jorge Amado. **(Publicado no DL em 15/02/12)**

O quórum, para a aprovação, era de 32 votos a favor.

Rejeitada a proposta do deputado Álvaro.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu pediria a V.Ex^a, se o Plenário

concordar, um recurso de votação, até porque alguns deputados não votaram e, provavelmente, votariam sim se estivessem presentes.

Se o Plenário concordar, eu peço um recurso de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu só posso fazer se for por unanimidade. Veja bem, se for por unanimidade, para mim, não há problema.

O Sr. Álvaro Gomes:- Submeta o meu pedido à votação, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não é votação. Eu não posso botar em votação. Se houver um deputado que não concorde... Eu acho este um precedente gravíssimo.

Eu não posso colocar, não. Se V.Ex^a pegar a assinatura de todos os deputados, eu boto.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pergunte se há unanimidade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, veja bem...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Já deu número de votos suficientes.

Eu não dou a unanimidade não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se fosse à unanimidade, deputado Álvaro, eu poderia conceder. Mas se, apenas, um deputado discordar, eu sinto muito. Eu só posso, deputado Álvaro, se for à unanimidade. Não houve unanimidade, assunto encerrado.

Próximo projeto.

Projeto de lei 20.244/2013, do deputado Augusto Castro, que institui o “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, associado ao incentivo de práticas esportivas, culturais e artísticas.

PROJETO DE LEI Nº 20.244/2013

Institui o “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, associado ao incentivo de práticas esportivas, culturais e artísticas.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o “Dia Estadual de

Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de setembro, com atividades que promovam o combate às drogas, em destaque ao crack, e incentivem práticas esportivas, culturais e artísticas, especialmente entre as crianças e adolescentes da rede de ensino estadual.

Art. 2º O “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, associado com o incentivo ao esporte, cultura e arte, terá como principais objetivos:

I – esclarecer, especialmente às crianças e aos adolescentes, os males que essa droga vem causando aos jovens, às suas famílias e à comunidade;

II – motivar as crianças e os adolescentes para a importância de práticas esportivas, culturais e artísticas, tanto para uma vida saudável, como para a formação integral do ser humano;

III – destacar exemplos de superação, evidenciando que qualquer jovem é capaz;

IV – promover a inclusão social.

Art. 3º Para atingir os objetivos a que se propõe esta Lei, as entidades promotoras e os organizadores de cada edição do evento poderão organizar:

I – seminários com palestrantes habilitados que abordarão temas relativos aos malefícios do crack e de outras drogas na vida dos jovens;

II – atividades esportivas, artísticas e culturais, envolvendo estudantes do ensino fundamental da rede pública estadual; e

III – participação de profissionais que atuam ou atuaram nas áreas de saúde, educação, esporte, cultura, arte e ciências jurídicas e sociais.

Parágrafo único. As atividades a serem desenvolvidas em cada seminário serão amplamente divulgadas e precedidas de discussão e aprovação entre os organizadores e a comunidade escolar.

Art. 4º O “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack” fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013

Deputado Augusto Castro

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Bruno Reis para relatar a matéria.

O Sr. BRUNO REIS:- Projeto de lei nº 20.244/2013, de autoria do nobre deputado Augusto Castro. E agora passo a proferir o meu parecer, Sr. Presidente.

Este projeto, que institui o “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, associado ao incentivo de práticas esportivas, culturais e artísticas, vem a contento atender aos anseios e às necessidades da sociedade baiana. E por atender também a todas as exigências legais e constitucionais, o meu parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Bruno Reis. Os Srs. Deputados que o aprovam no âmbito das Comissões permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação agora no Plenário o projeto de lei 20.244/2013, do deputado Augusto Castro, que institui o “Dia Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Crack”, associado ao incentivo de práticas esportivas, culturais e artísticas. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado à unanimidade.

Próximo projeto.

Projeto de lei nº 20.685/2013, da minha querida amiga deputada Graça Pimenta, que obriga as unidades de saúde pública ou privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e/ou responsáveis legais os atendimentos médicos prestados aos menores de idade por consumo de álcool e ou drogas.

PROJETO DE LEI Nº 20.685/2013

OBRIGA AS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA OU PRIVADA A COMUNICAREM AO CONSELHO TUTELAR, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS LEGAIS OS ATENDIMENTOS MÉDICOS PRESTADOS AOS MENORES DE IDADE POR CONSUMO DE ÁLCOOL E/OU DROGAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os hospitais, postos de saúde e clínicas que integram as redes pública e privada de saúde do Estado, ficam obrigados a comunicar, imediatamente,

ao Conselho Tutelar, aos pais e/ou responsáveis legais, o atendimento, em suas dependências, de crianças ou adolescentes em estado de embriaguez e/ou consumo de drogas.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Tutelar tomar as providências cabíveis a cada caso, nos termos previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2013.

Deputada Graça Pimenta

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de lei nº 20.685/2013, que obriga as unidades de saúde pública ou privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e/ou responsáveis legais os atendimentos médicos prestados aos menores de idade por consumo de álcool e/ou drogas.

Manifesto-me pela legalidade, constitucionalidade e adequação da técnica legislativa. Portanto, opino pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Joseildo Ramos no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto de lei nº 20.685/2013, de procedência da deputada Graça Pimenta, que obriga as unidades de saúde pública ou privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e/ou responsáveis legais os atendimentos médicos prestados aos menores de idade por consumo de álcool e/ou drogas.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Próximo projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento, assinado pelos Líderes Elmar e Zé Neto, que dispensa as formalidades para votar projetos de utilidade pública rubricados pelo presidente que levam do nº 20.379/2013 ao 20.724/2014.

(Lê): *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, vêm requerer a V. Exa. a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que sejam apreciados de logo os seguintes Projetos:*

01.	PL	nº	20.379/13	-	Dep. Mário Negromonte Júnior
02.	PL	nº	20.380/13	-	Dep. Zé Neto
03.	PL	nº	20.381/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
04.	PL	nº	20.386/13	-	Dep. Zé Neto
05.	PL	nº	20.388/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
06.	PL	nº	20.389/13	-	Dep. Luiza Maia
07.	PL	nº	20.390/13	-	Dep. Adolfo Menezes
08.	PL	nº	20.391/13	-	Dep. Zé Raimundo
09.	PL	nº	20.392/13	-	Dep. Zé Raimundo
10.	PL	nº	20.393/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
11.	PL	nº	20.394/13	-	Dep. Ângelo Coronel
12.	PL	nº	20.395/13	-	Dep. Ângelo Coronel
13.	PL	nº	20.396/13	-	Dep. Ângelo Coronel
14.	PL	nº	20.398/13	-	Dep. Ângelo Coronel
15.	PL	nº	20.399/13	-	Dep. Ângelo Coronel
16.	PL	nº	20.400/13	-	Dep. Ângelo Coronel
17.	PL	nº	20.401/13	-	Dep. Pedro Tavares
18.	PL	nº	20.405/13	-	Dep. Fabrício Falcão
19.	PL	nº	20.411/13	-	Dep. José de Arimatéia
20.	PL	nº	20.412/13	-	Dep. Nelson Leal
21.	PL	nº	20.413/13	-	Dep. Ângelo Coronel
22.	PL	nº	20.414/13	-	Dep. Ângelo Coronel
23.	PL	nº	20.415/13	-	Dep. Ângelo Coronel
24.	PL	nº	20.419/13	-	Dep. Rosemberg Pinto
25.	PL	nº	20.420/13	-	Dep. Rosemberg Pinto
26.	PL	nº	20.421/13	-	Dep. Rosemberg Pinto
27.	PL	nº	20.423/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
28.	PL	nº	20.439/13	-	Dep. João Bonfim
29.	PL	nº	20.440/13	-	Dep. Targino Machado
30.	PL	nº	20.441/13	-	Dep. Pedro Tavares
31.	PL	nº	20.445/13	-	Dep. Carlos Ubaldino
32.	PL	nº	20.446/13	-	Dep. Zé Raimundo
33.	PL	nº	20.447/13	-	Dep. Paulo Azi
34.	PL	nº	20.448/13	-	Dep. Roberto Carlos
35.	PL	nº	20.449/13	-	Dep. Neusa Cadore
36.	PL	nº	20.450/13	-	Dep. Joseildo Ramos
37.	PL	nº	20.451/13	-	Dep. João Bonfim
38.	PL	nº	20.452/13	-	Dep. Neusa Cadore
39.	PL	nº	20.453/13	-	Dep. Tom Araújo
40.	PL	nº	20.463/13	-	Dep. Rosemberg Pinto
41.	PL	nº	20.464/13	-	Dep. Neusa Cadore
42.	PL	nº	20.465/13	-	Dep. Neusa Cadore
43.	PL	nº	20.466/13	-	Dep. Delegado Deraldo Damasceno

44.	PL	nº	20.467/13	-	Dep. Bruno Reis
45.	PL	nº	20.468/13	-	Dep. Zé Raimundo
46.	PL	nº	20.469/13	-	Dep. Pedro Tavares
47.	PL	nº	20.480/13	-	Dep. Vando
48.	PL	nº	20.481/13	-	Dep. Rosemberg Pinto
49.	PL	nº	20.482/13	-	Dep. Zé Neto
50.	PL	nº	20.483/13	-	Dep. Mário Negromonte Júnior
51.	PL	nº	20.484/13	-	Dep. João Bonfim
52.	PL	nº	20.485/13	-	Dep. Zé Raimundo
53.	PL	nº	20.486/13	-	Dep. Paulo Azi
54.	PL	nº	20.493/13	-	Dep. Aderbl Caldas
55.	PL	nº	20.494/13	-	Dep. Cacá Leão
56.	PL	nº	20.495/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
57.	PL	nº	20.496/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
58.	PL	nº	20.497/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
59.	PL	nº	20.500/13	-	Dep. Ângelo Coronel
60.	PL	nº	20.501/13	-	Dep. João Bonfim
61.	PL	Nº	20.507/13	-	Dep. Tom Araújo
62.	PL	nº	20.508/13	-	Dep. Tom Araújo
63.	PL	nº	20.509/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
64.	PL	nº	20.510/13	-	Dep. Delegado Deraldo Damasceno
65.	PL	nº	20.511/13	-	Dep. Tom Araújo
66.	PL	nº	20.513/13	-	Dep. Augusto Castro
67.	PL	nº	20.515/13	-	Dep. Carlos Geilson
68.	PL	nº	20.516/13	-	Dep. Fabrício Falcão
69.	PL	nº	20.517/13	-	Dep. Ângelo Coronel
70.	PL	nº	20.518/13	-	Dep. Tom Araújo
71.	PL	nº	20.519/13	-	Dep. Nelson Leal
72.	PL	nº	20.522/13	-	Dep. Zé Neto
73.	PL	nº	20.523/13	-	Dep. João Bonfim
74.	PL	nº	20.524/13	-	Dep. Vando
75.	PL	nº	20.526/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
76.	PL	nº	20.528/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
77.	PL	nº	20.529/13	-	Dep. Fátima Nunes
78.	PL	nº	20.530/13	-	Dep. Bira Corôa
79.	PL	nº	20.531/13	-	Dep. Fátima Nunes
80.	PL	nº	20.532/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
81.	PL	nº	20.536/13	-	Dep. Rogério Andrade
82.	PL	nº	20.541/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
83.	PL	nº	20.543/13	-	Dep. Augusto Castro
84.	PL	nº	20.544/13	-	Dep. Nelson Leal
85.	PL	nº	20.546/13	-	Dep. Fátima Nunes
86.	PL	nº	20.551/13	-	Dep. Cel. Gilberto Santana

87.	PL	nº	20.552/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
88.	PL	nº	20.553/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
89.	PL	nº	20.554/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
90.	PL	nº	20.560/13	-	Dep. Roberto Carlos
91.	PL	nº	20.561/13	-	Dep. Carlos Ubaldino
92.	PL	nº	20.562/13	-	Dep. Neusa Cadore
93.	PL	nº	20.563/13	-	Dep. Neusa Cadore
94.	PL	nº	20.564/13	-	Dep. Neusa Cadore
95.	PL	nº	20.565/13	-	Dep. Roberto Carlos
96.	PL	nº	20.569/13	-	Dep. Mário Negromonte Junior
97.	PL	nº	20.570/13	-	Dep. Fátima Nunes
98.	PL	nº	20.571/13	-	Dep. Fabrício Falcão
99.	PL	nº	20.572/13	-	Dep. Fátima Nunes
100.	PL	nº	20.573/13	-	Dep. Fátima Nunes
101.	PL	nº	20.576/13	-	Dep. Roberto Carlos
102.	PL	nº	20.577/13	-	Dep. Roberto Carlos
103.	PL	nº	20.578/13	-	Dep. Carlos Ubaldino
104.	PL	nº	20.579/13	-	Dep. Deraldo Damasceno
105.	PL	nº	20.580/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
106.	PL	nº	20.585/13	-	Dep. Zé Neto
107.	PL	nº	20.586/13	-	Dep. Zé Neto
108.	PL	nº	20.587/13	-	Dep. Ângelo Coronel
109.	PL	nº	20.588/13	-	Dep. Zé Raimundo
110.	PL	nº	20.589/13	-	Dep. Fabrício Falcão
111.	PL	nº	20.590/13	-	Dep. Deraldo Damasceno
112.	PL	nº	20.591/13	-	Dep. Joseildo Ramos
113.	PL	nº	20.602/13	-	Dep. Álvaro Gomes
114.	PL	nº	20.603/13	-	Dep. Fátima Nunes
115.	PL	nº	20.604/13	-	Dep. Euclides Fernandes
116.	PL	nº	20.605/13	-	Dep. José de Arimatéia
117.	PL	nº	20.606/13	-	Dep. José de Arimatéia
118.	PL	nº	20.607/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
119.	PL	nº	20.608/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
120.	PL	nº	20.609/13	-	Dep. Bira Corôa
121.	PL	nº	20.610/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
122.	PL	nº	20.611/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
123.	PL	nº	20.612/13	-	Dep. Nelson Leal
124.	PL	nº	20.613/13	-	Dep. Fabrício Falcão
125.	PL	nº	20.614/13	-	Dep. Zé Neto
126.	PL	nº	20.630/13	-	Dep. Fátima Nunes
127.	PL	nº	20.631/13	-	Dep. José de Arimatéia
128.	PL	nº	20.632/13	-	Dep. Pastor Sargento Isidório
129.	PL	nº	20.633/13	-	Dep. Carlos Brasileiro

130.	PL	nº	20.634/13	-	Dep. Delegado Deraldo Damasceno
131.	PL	nº	20.635/13	-	Dep. Roberto Carlos
132.	PL	nº	20.636/13	-	Dep. Nelson Leal
133.	PL	nº	20.637/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
134.	PL	nº	20.638/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
135.	PL	nº	20.642/13	-	Dep. Neusa Cadore
136.	PL	nº	20.643/13	-	Dep. Zé Neto
137.	PL	nº	20.644/13	-	Dep. Joseildo Ramos
138.	PL	nº	20.653/13	-	Dep. Carlos Geilson
139.	PL	nº	20.654/13	-	Dep. Fabrício Falcão
140.	PL	nº	20.655/13	-	Dep. Nelson Leal
141.	PL	nº	20.656/13	-	Dep. João Bonfim
142.	PL	nº	20.657/13	-	Dep. Zé Neto
143.	PL	nº	20.658/13	-	Dep. Fátima Nunes
144.	PL	nº	20.664/13	-	Dep. Bira Corôa
145.	PL	nº	20.665/13	-	Dep. Rosenberg Pinto
146.	PL	nº	20.666/13	-	Dep. Bira Corôa
147.	PL	nº	20.667/13	-	Dep. Fabrício Falcão
148.	PL	nº	20.668/13	-	Dep. Fátima Nunes
149.	PL	nº	20.669/13	-	Dep. Fátima Nunes
150.	PL	nº	20.670/13	-	Dep. José de Arimatéia
151.	PL	nº	20.671/13	-	Dep. Pedro Tavares
152.	PL	nº	20.672/13	-	Dep. Marcelino Galo
153.	PL	nº	20.673/13	-	Dep. Carlos Ubaldino
154.	PL	nº	20.675/13	-	Dep. Delegado Deraldo Damasceno
155.	PL	nº	20.676/13	-	Dep. Delegado Deraldo Damasceno
156.	PL	nº	20.677/13	-	Dep. Pastor Sargento Isidório
157.	PL	nº	20.678/13	-	Dep. Sidelvan Nóbrega
158.	PL	nº	20.679/13	-	Dep. Fátima Nunes
159.	PL	nº	20.680/13	-	Dep. Pedro Tavares
160.	PL	nº	20.681/13	-	Dep. Fátima Nunes
161.	PL	nº	20.682/13	-	Dep. Mário Negromonte Júnior
162.	PL	nº	20.683/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
163.	PL	nº	20.687/13	-	Dep. Cacá Leão
164.	PL	nº	20.688/13	-	Dep. Yulo Oiticica
165.	PL	nº	20.689/13	-	Dep. Euclides Fernandes
166.	PL	nº	20.690/13	-	Dep. Roberto Carlos
167.	PL	nº	20.691/13	-	Dep. Carlos Brasileiro
168.	PL	nº	20.692/13	-	Dep. Zé Neto
169.	PL	nº	20.693/13	-	Dep. Neusa Cadore
170.	PL	nº	20.696/13	-	Dep. Yulo Oiticica
171.	PL	nº	20.697/13	-	Dep. Yulo Oiticica
172.	PL	nº	20.698/13	-	Dep. Yulo Oiticica

173.	PL	nº	20.699/13	-	Dep. Yulo Oiticica
174.	PL	nº	20.700/13	-	Dep. Yulo Oiticica
175.	PL	nº	20.701/13	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
176.	PL	nº	20.702/13	-	Dep. Pastor José de Arimatéia
177.	PL	nº	20.703/13	-	Dep. J. Carlos
178.	PL	nº	20.708/14	-	Dep. João Bonfim
179.	PL	nº	20.709/14	-	Dep. Carlos Geilson
180.	PL	nº	20.717/14	-	Dep. Coronel Gilberto Santana
181.	PL	nº	20.723/14	-	Carlos Geilson
182.	PL	nº	20.724/14	-	Sidelvan Nóbrega

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2014 .

Dep. Zé Neto - Líder da Maioria

Dep. Elmar Nascimento - Líder da Minoria. ”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Carlos Geilson para relatar a matéria.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa vêm requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que sejam apreciados de logo os seguintes projetos: do 20.379/2013 ao PL 20.724/2014.

Portanto, Sr. Presidente, é legal, tem a aprovação constitucional, peço a V.Ex^a que coloque em apreciação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Carlos Geilson no âmbito das comissões. (Pausa) Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, é só para dizer da minha incompreensão ao ver que o título... Nós votamos aqui, tivemos 31 votos favoráveis, 11 contra e abstenção. É verdade que aqui é a Casa onde todo mundo tem direito de votar conforme a sua consciência, agora, não aprovar um Título Benemérito de Liberdade e Justiça Social post-mortem para Jorge Amado é uma coisa que eu não compreendo, não consigo compreender esta Casa fazer isso.

Nós aprovamos aqui diversos títulos para diversas pessoas que não prestaram serviço à sociedade como Jorge Amado prestou. Eu queria fazer um chamamento aqui, pelo amor de Deus, para que possamos rever esse requerimento, Sr. Presidente, e votar, fazer justiça a Jorge Amado, Sr. Presidente, pelo amor de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Mário Negromonte Júnior, eu registro a posição de V.Ex^a, mas o parlamentar vota fruto da sua consciência, eu não

posso interferir na decisão do deputado. Foi votação secreta.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputado Carlos Geilson.

Foi votação secreta, deputado, eu só posso colocar de novo em votação se for por desejo da unanimidade, porque, pelo Regimento, só no próximo ano. Quando se rejeita um projeto, não se pode votá-lo novamente no mesmo ano. Mas, se for por unanimidade, eu posso até abrir esse precedente.

Questão de ordem do meu querido amigo deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu faço coro com as palavras do deputado Mário Negromonte Júnior. Mas acho que faltou, talvez, trabalhar melhor o projeto na Casa, esclarecer melhor. Agora, houve, infelizmente, uma rejeição, isso é notório, mas lamento que esta Casa não tenha aprovado essa honraria.

Então, quero concordar com o deputado Mário Negromonte Júnior, mas infelizmente o projeto foi votado e, lamentavelmente, não foi aprovado. Lamento pela não aprovação.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, é porque o deputado Euclides Fernandes me falou aqui. V.Ex^a é contrário a votar novamente, não é isso, deputado Carlos Geilson? Eu respeito a posição de V.Ex^a.

O Sr. Carlos Geilson:- Não, eu só lamento que o projeto não tenha sido aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, fica registrada a sua posição, deputado.

Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para o fato de que havia dois ou três deputados que estavam prestes a estar aqui no ambiente de votação no momento em que se encerrou. V.Ex^a esperou, entretanto, aconteceu isso. Eu desconfio de que isso não vai ficar bem para a Casa, e quero fazer um apelo aos meus pares para que levem em conta o conjunto das votações que antecederam essa votação, porque eu tenho certeza de que a repercussão será ruim e a responsabilidade que temos é muito grande.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, deputado, veja bem, eu como presidente da Casa sei da história do escritor Jorge Amado. Eu vou fazer aqui um pedido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só um segundinho. Vejam bem. O escritor Jorge Amado é uma pessoa que tem uma história internacional, o deputado vota fruto do seu critério, da sua consciência.

Quero fazer aqui um apelo, deputados, quero fazer um apelo, só posso colocar

se for unanimidade, cada um registra a sua posição. Eu, realmente, acho que fica ruim para a Casa a negativa desse projeto. Agora, o deputado é livre para votar como quiser. Se a unanimidade da Casa concordar, antes do Orçamento nós colocaremos de novo. Agora, só se a unanimidade da Casa concordar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai no seguinte sentido: alguém levantou aqui mais cedo a espécie da banalização de Títulos. Esse ponto foi levantado. Acho que foi rejeitado, exatamente, e muitas pessoas nem sabiam o que estavam debatendo neste Plenário.

Eu acho que o nosso escritor Jorge Amado é merecedor de todos os títulos. Porém, por outro lado, é abrir aqui o precedente de uma matéria já votada e nós refazermos a votação. Como o ano legislativo acaba hoje e recomeça na próxima semana, acho, para não abrir um precedente, que podemos na semana que vem resolver a questão duma forma unitária. Mas abrir um precedente seria, na minha opinião, perigoso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Fica registrada a sua posição.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, votei favoravelmente, tenho até relações de amizade com membros da família do escritor Jorge Amado. Agora, estamos expondo a imagem deste Poder. Ocorreu um erro. Ou o deputado não estava ou não quis votar. Mas é a família que não vai querer, depois de uma polêmica destas, Sr. Presidente. Acho melhor seguir o pensamento do deputado Rosemberg Pinto. Bota uma pedra em cima disso. Na próxima Legislatura ou na próxima sessão, nós votamos.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, se tem alguém que merece aqui na Bahia um precedente, é Jorge Amado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas infelizmente não posso colocar, porque só poderia por unanimidade. Assunto encerrado.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, a rejeição desse Título para Jorge Amado desmerece até os Títulos que foram aprovados, porque parece que se está aprovando pelas qualidades negativas. Ser negado a quem mais tem méritos, a quem tem abundância de mérito, parece que se está escolhendo pelas

qualidades negativas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, registro a posição de todo mundo, compreendo a situação de todo mundo. Eu, como presidente, gostaria de colocar novamente em votação, mas só posso se for por unanimidade.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, então abre novamente isso aí. Quem é a favor ou não de votar, e pronto! Encerra a polêmica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não quero expor os deputados.

Façamos o seguinte: vamos para o próximo projeto. E aí, se for unanimidade até o final da sessão, eu posso. Só posso por unanimidade. Iremos ao próximo projeto.

Estou preocupado - o escritor Jorge Amado é figura ímpar - com a imagem da Casa. Vai ter repercussão nacional e internacional. Nós precisamos ter a compreensão da responsabilidade nossa. O deputado vota como quiser.

Vamos votar o próximo projeto. Se até a votação do Orçamento os deputados à unanimidade concordarem, coloco em votação.

Em votação o projeto relatado pelo deputado Carlos Geilson. Os projetos citados e rubricados pelo presidente vão do nº 20.379/2013 ao 20.724/2014. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PL nº 20.379/13 (**Publicado no DL em 19/07/13**), do Deputado Mário Negromonte Júnior; PL nº 20.483/13 (**Publicado no DL em 01/10/13**), do Deputado Mário Negromonte Júnior; PL nº 20.569/13 (**Publicado no DL em 15/11/13**), do Deputado Mário Negromonte Júnior; PL nº 20.682/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Mário Negromonte Júnior; PL nº 20.380/13 (**Publicado no DL em 19/07/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.386/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.482/13 (**Publicado no DL em 27/09/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.522/13 (**Publicado no DL em 18/10/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.585/13 (**Publicado no DL em 04/12/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.586/13 (**Publicado no DL em 04/12/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.614/13 (**Publicado no DL em 12/12/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.643/13 (**Publicado no DL em 15/12/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.657/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.692/13 (**Publicado no DL em 08/01/14**), do Deputado Zé Neto; PL nº 20.381/13 (**Publicado no DL em 19/07/13**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.423/13 (**Publicado no DL em 28/08/13**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.509/13 (**Publicado no DL em 10/10/13**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.526/13 (**Publicado no DL em 22/10/13**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.552/13 (**Publicado no DL em 10/11/1013**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.580/13 (**Publicado no DL em 20/11/1013**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.678/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.724/14 (**Publicado no DL em 29/01/14**), do Deputado Sidelvan Nóbrega; PL nº 20.388/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.495/13 (**Publicado no DL em**

08/10/13), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.496/2013 (**Publicado no DL em 08/10/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.497/13 (**Publicado no DL em 08/10/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.528/13 (**Publicado no DL em 23/10/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.532/13 (**Publicado no DL em 23/10/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.541/13 (**Publicado no DL em 07/11/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.553/13 (**Publicado no DL em 10/11/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.554/13 (**Publicado no DL em 10/11/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.607/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.608/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.633/13 (**Publicado no DL em 15/12/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.637/13 (**Publicado no DL em 15/12/13**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.691/13 (**Publicado no DL em 08/01/14**), do Deputado Carlos Brasileiro; PL nº 20.389/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), da Deputada Luiza Maia; PL nº 20.390/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Adolfo Menezes; PL nº 20.391/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), PL nº 20.392/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Zé Raimundo; PL nº 20.446/13 (**Publicado no DL em 08/09/13**), do Deputado Zé Raimundo; PL nº 20.468/13 (**Publicado no DL em 19/09/13**), do Deputado Zé Raimundo; PL nº 20.485/13 (**Publicado no DL em 01/10/13**), do Deputado Zé Raimundo; PL nº 20.588/13 (**Publicado no DL em 04/12/13**), do Deputado Zé Raimundo; PL nº 20.393/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.551/13 (**Publicado no DL em 10/11/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.610/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.611/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.638/13 (**Publicado no DL em 15/12/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.683/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.701/13 (**Publicado no DL em 08/01/14**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.717/13 (**Publicado no DL em 28/01/14**), do Deputado Coronel Gilberto Santana; PL nº 20.394/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.395/13 (**Publicado no DL em 06/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.396/13 (**Publicado no DL em 13/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.398/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.399/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.400/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.413/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.414/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.415/13 (**Publicado no DL em 21/08/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.500/13 (**Publicado no DL em 08/10/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.517/13 (**Publicado no DL em 16/10/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.587/13 (**Publicado no DL em 04/12/13**), do Deputado Ângelo Coronel; PL nº 20.401/13 (**Publicado no DL em 13/08/13**), do Deputado Pedro Tavares; PL nº 20.441/13 (**Publicado no DL em 03/09/13**), do Deputado Pedro

Tavares; PL nº 20.469/13 (**Publicado no DL em 19/09/13**), do Deputado Pedro Tavares; PL nº 20.671/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Pedro Tavares; PL nº 20.680/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Pedro Tavares; PL 20.405/2013 (**Publicado no DL em 13/08/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.516/13 (**Publicado no DL em 16/10/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.571/13 (**Publicado no DL em 15/11/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.589/13 (**Publicado no DL em 04/12/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.613/13 (**Publicado no DL em 12/12/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.654/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.667/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado Fabrício Falcão; PL nº 20.411/13 (**Publicado no DL em 15/08/13**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.605/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.606/13 (**Publicado no DL em 08/12/13**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.631/13 (**Publicado no DL em 15/12/13**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.670/13 (**Publicado no DL em 20/12/13**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.702/13 (**Publicado no DL em 08/01/14**), do Deputado José de Arimatéia; PL nº 20.412/13 (**Publicado no DL em 15/08/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.519/13 (**Publicado no DL em 16/10/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.544/13 (**Publicado no DL em 07/11/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.612/13 (**Publicado no DL em 12/12/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.636/13 (**Publicado no DL em 15/12/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.655/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Nelson Leal; PL nº 20.419/13 (**Publicado no DL em 21/08/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.420/13 (**Publicado no DL em 21/08/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.421/13 (**Publicado no DL em 21/08/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.463/13 (**Publicado no DL em 19/09/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.481/13 (**Publicado no DL em 27/09/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.665/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Rosemberg Pinto; PL nº 20.439/13 (**Publicado no DL em 03/09/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.451/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.484/13 (**Publicado no DL em 01/10/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.501/13 (**Publicado no DL em 08/10/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.523/13 (**Publicado no DL em 18/10/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.656/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.708/13 (**Publicado no DL em 14/01/2014**), do Deputado João Bonfim; PL nº 20.440/13 (**Publicado no DL em 03/09/2013**), do Deputado Targino Machado; PL nº 20.445/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado Carlos Ubaldino; PL nº 20.561/13 (**Publicado no DL em 14/11/2013**), do Deputado Carlos Ubaldino; PL nº 20.578/13 (**Publicado no DL em 20/11/2013**), do Deputado Carlos Ubaldino; PL nº 20.673/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Carlos Ubaldino; PL nº 20.447/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado Paulo Azi; PL nº 20.486/13 (**Publicado no DL em 01/10/2013**), do Deputado Paulo Azi; PL nº 20.448/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado Paulo Azi; PL nº

20.560/13 (**Publicado no DL em 14/01/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.565/13 (**Publicado no DL em 14/11/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.576/13 (**Publicado no DL em 20/11/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.577/13 (**Publicado no DL em 20/11/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.635/13 (**Publicado no DL em 15/12/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.690/13 (**Publicado no DL em 08/01/2013**), do Deputado Roberto Carlos; PL nº
 20.449/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.452/13 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.464/13 (**Publicado no DL em 19/09/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.465/13 (**Publicado no DL em 14/09/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.562/13 (**Publicado no DL em 14/11/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.563/13 (**Publicado no DL em 14/11/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.564/13 (**Publicado no DL em 14/11/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.642/13 (**Publicado no DL em 15/12/2013**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.693/13 (**Publicado no DL em 08/01/2014**), da Deputada Neusa Cadore; PL nº
 20.466/13 (**Publicado no DL em 19/09/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.510/13 (**Publicado no DL em 10/10/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.579/13 (**Publicado no DL em 20/11/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.590/13 (**Publicado no DL em 04/12/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.634/13 (**Publicado no DL em 15/12/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.675/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.676/13 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Delegado Deraldo; PL nº
 20.467/13 (**Publicado no DL em 19/09/2013**), do Deputado Bruno Reis; PL nº
 20.480/13 (**Publicado no DL em 27/09/2013**), do Deputado Vando; PL nº 20.524/13
 (**Publicado no DL em 18/10/2013**), do Deputado Vando; PL nº 20.493/13
 (**Publicado no DL em 09/10/2013**) do Deputado Aderbal Caldas; PL nº 20.450/13
 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado Joseildo Ramos; PL nº 20.591/13
 (**Publicado no DL em 04/12/2013**), do Deputado Joseildo Ramos; PL nº 20.644/13
 (**Publicado no DL em 15/12/2013**), do Deputado Joseildo Ramos; PL nº 20.453/13
 (**Publicado no DL em 08/09/2013**), do Deputado Tom Araújo; PL nº 20.507/13
 (**Publicado no DL em 10/10/2013**), do Deputado Tom Araújo; PL nº 20.508/13
 (**Publicado no DL em 10/10/2013**), do Deputado Tom Araújo; PL nº 20.511/13
 (**Publicado no DL em 10/10/2013**), do Deputado Tom Araújo; PL nº 20.518/13
 (**Publicado no DL em 16/10/2013**), do Deputado Tom Araújo; PL nº 20.494/13
 (**Publicado no DL em 08/10/2013**), do Deputado Cacá Leão; PL nº 20.687/13
 (**Publicado no DL em 08/01/2014**), do Deputado Cacá Leão; PL nº 20.513/13
 (**Publicado no DL em 13/10/2013**), do Deputado Augusto Castro; PL nº 20.543/13
 (**Publicado no DL em 07/11/2013**), do Deputado Augusto Castro; PL nº 20.515/13
 (**Publicado no DL em 16/10/2013**), do Deputado Carlos Geilson; PL nº 20.653/13
 (**Publicado no DL em 20/12/2013**), do Deputado Carlos Geilson; PL nº 20.709/13
 (**Publicado no DL em 14/01/2014**), do Deputado Carlos Geilson; PL nº 20.723/14
 (**Publicado no DL em 29/01/2014**), do Deputado Carlos Geilson; PL nº 20.529/13
 (**Publicado no DL em 23/10/2013**), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.531/13

(Publicado no DL em 23/10/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.546/13 (Publicado no DL em 07/11/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.570/13 (Publicado no DL em 15/11/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.572/13 (Publicado no DL em 15/11/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.573/13 (Publicado no DL em 15/11/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.603/13 (Publicado no DL em 12/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.630/13 (Publicado no DL em 15/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.658/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.668/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.669/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.679/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.681/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), da Deputada Fátima Nunes; PL nº 20.536/13 (Publicado no DL em 30/10/2013), do Deputado Rogério Andrade; PL nº 20.530/13 (Publicado no DL em 23/10/2013), do Deputado Bira Corôa; PL nº 20.609/13 (Publicado no DL em 08/12/2013), do Deputado Bira Corôa; PL nº 20.664/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), do Deputado Bira Corôa; PL nº 20.666/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), do Deputado Bira Corôa; PL nº 20.602/13 (Publicado no DL em 12/12/2013) do Deputado Álvaro Gomes; PL nº 20.604/13 (Publicado no DL em 12/12/2013), do Deputado Euclides Fernandes; PL nº 20.689/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Euclides Fernandes; PL nº 20.632/13 (Publicado no DL em 15/12/2013), do Deputado Pastor Sargento Isidório; PL nº 20.677/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), do Deputado Pastor Sargento Isidório; PL nº 20.672/13 (Publicado no DL em 20/12/2013), do Deputado Marcelino Galo; PL nº 20.688/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; PL nº 20.696/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; PL nº 20.697/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; PL nº 20.698/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; PL nº 20.699/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; PL nº 20.700/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado Yulo Oiticica; e PL nº 20.703/13 (Publicado no DL em 08/01/2014), do Deputado J. Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou encerrar a sessão. Mas antes convoco uma outra, a ser iniciada um minuto após o encerramento desta, para votarmos em segundo turno os projetos que comportam duas votações.

Declaro encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*